



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da Jereissati Participações S.A. (“Companhia” ou “Jereissati Participações”), apresenta aos seus acionistas e ao mercado, em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, o Relatório da Administração referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2017 marcou o início de uma recuperação econômica depois de um longo período de contração da atividade econômica no país. A inflação sob controle e o nível elevado de capacidade ociosa, permitiram ao Banco Central promover cortes relevantes na taxa básica de juros que terminou o ano em 7,0% a.a.

Esse novo ambiente macroeconômico já começa a criar condições para que o consumidor volte a ter confiança para consumir, que as empresas consigam desalavancar seus balanços e que voltem a analisar oportunidades de investimentos que até então não eram viáveis. Apesar do ambiente político-eleitoral incerto que vivenciaremos em 2018, estas condições são ingredientes necessários para que o país volte a crescer de forma sustentável e aumente o nível de emprego e renda disponível no país.

Neste contexto, 2017 ainda foi um ano em que a atividade se manteve morna e o juro real ao longo do ano se manteve em patamar elevado, superior a 7,0% a.a. fazendo com que a recuperação observada no decorrer do ano fosse modesta.

Ao longo do ano, a Jereissati Participações manteve sua estratégia de focar seus investimentos no setor imobiliário, tendo como principal ativo a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A (“Iguatemi”).

A Iguatemi apresentou resultados operacionais sólidos que demonstram a resiliência e qualidade do portfólio. Neste ambiente desafiador, a Iguatemi apresentou crescimento de receita de 4% no ano e o Ebitda atingiu R\$ 541 milhões com margem de 78% e Lucro líquido de R\$ 219 milhões, crescimento de 33% em relação ao ano anterior. Foi o nono ano consecutivo em que a empresa atingiu o guidance fornecido ao mercado.

Com relação aos ativos da controlada JPSP Investimentos e Participações S.A. (“JPSP”), a Companhia deu importantes passos no sentido de concentrar seu core business no segmento imobiliário.

No final de 2017, foi concluído o processo de fechamento de capital da JPSP. Em fevereiro de 2018, dando sequência à estratégia de focar os investimentos da Companhia no setor imobiliário, foi celebrado um contrato de compra e venda de ações de emissão da JPSP com a Parthica Holdings LLC, por meio do qual alienará à Parthica Holdings Ltda, a totalidade das ações de emissão da JPSP. As partes aguardam a aprovação da operação pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica para implementar a transferência das ações.

A Brio iniciou formalmente os esforços de captação do BRIO REAL ESTATE II, fundo de investimento imobiliário. A tese de investimento do fundo está calcada na inflexão do setor imobiliário que após três anos de muita dificuldade, já começa a apresentar oportunidades atrativas de alocação de capital, em determinadas classes de ativos e geografias.

A Companhia iniciou em 2017 um processo de reestruturação societária com o objetivo de unificar as classes de ações, de forma que seu capital seja composto integralmente por ações ordinárias. No âmbito deste processo, também foram sugeridas atualizações ao Estatuto Social da Companhia. Em janeiro de 2018, a operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Especial de Preferencialistas na qual estiveram presentes mais de 91% dos acionistas preferencialistas da Companhia, sendo que 99,9% dos presentes votaram favoravelmente às propostas da Administração.

Sendo assim, a partir de 1º de março de 2018, a Companhia passou a ter em seu capital apenas ações ordinárias, as quais passaram a ser negociadas na B3 com o código JP3A3.

Ao longo do ano de 2017, a Companhia distribuiu R\$ 14 milhões em dividendos e R\$ 42 milhões de redução do capital social, totalizando R\$ 56 milhões distribuídos aos nossos acionistas.

As ações de emissão da Companhia tiveram forte valorização e encerraram 2017 cotadas a R\$ 19,51 por ação, representando uma valorização de 164% no ano.

Estrutura Societária



*Organograma da nova estrutura societária da Companhia, contemplando a venda da controlada JPSP Investimentos e Participações S.A.

Iguatemi

A Companhia, através da sua controlada Iguatemi, atua no segmento de shopping centers e imóveis comerciais e engloba a concepção, planejamento, desenvolvimento, administração e comercialização dos empreendimentos e dos seus espaços comerciais e promocionais.

A Iguatemi teve como principais destaques em 2017:

- As Vendas Totais atingiram R\$ 13,3 bilhões em 2017, crescimento de 4,3% em relação a 2016 e R\$ 4,0 bilhões no 4T17, 3,1% acima do 4T16;
- As vendas mesmas lojas (SSS) cresceram 3,5%, e as vendas mesmas áreas (SAS) cresceram 4,9% no acumulado do ano. No trimestre, SSS foi de 2,5% e SAS foi de 2,9%;
- Os aluguéis mesmas lojas (SSR) aumentaram 5,8% e aluguéis mesmas áreas (SAR) cresceram 5,9% em 2017. No 4T17, SSR foi de 4,4% e SAR foi de 4,1%;
- A Receita Líquida atingiu R\$ 692,2 milhões em 2017, crescimento de 3,6% com relação a 2016 e dentro do guidance para o ano e R\$ 185,7 milhões no 4T17, 1,1% acima do 4T16;
- O EBITDA atingiu R\$ 540,6 milhões no ano e R\$ 150,5 milhões no trimestre, um aumento de 3,7% e 5,4% respectivamente. A margem EBITDA atingiu 78,1% em 2017, acima do topo do guidance e 81,0% no 4T16;
- O Lucro Líquido foi de R\$ 218,9 milhões no ano e R\$ 64,2 milhões no trimestre, crescimentos de 33,3% e 29,0%, respectivamente;
- O FFO atingiu R\$ 325,2 milhões em 2017, 19,3% acima de 2016, e R\$ 90,9 milhões no 4T17, 19,2% acima do 4T16;
- Pré-pagamento da dívida junto ao BNDES, reduzindo o custo médio da dívida da Companhia para 103,2% do CDI;
- A alavancagem encerrou o ano em 2,96x Dívida Líquida/EBITDA;
- Fitch Ratings elevou o rating da Iguatemi para 'AAA(bra)' de 'AA+(bra)'
- Aumento da liquidez média das ações da Iguatemi em 146% em 2017, resultando na entrada no índice Bovespa em 1º de janeiro de 2018;
- Aquisição de 0,31% do Shopping Pátio Higienópolis em fevereiro de 2018 por R\$ 4,6 milhões, representando um múltiplo NOI 2017 de 12,7x.

R\$ Milhões	2017	2016	Δ%
Receita bruta	805,5	769,2	4,7%
Receita líquida	692,2	668,1	3,6%
EBITDA	540,6	521,3	3,7%
Lucro líquido consolidado	218,9	164,2	33,3%
Funds From Operations (FFO)	325,2	272,5	19,3%
ABL Total (m ² /mil)	746,0	746,0	0%
ABL Própria (m ² /mil)	454,6	454,6	0%

Brio Investimentos

Ao final do ano de 2017, o Brio Real Estate FIP havia comprometido 78% (R\$ 70 milhões) e alocado 66% do seu capital total. O período de investimento do fundo já foi encerrado, sendo que a partir de agora os gestores da Brio estão totalmente focados na realização destes investimentos buscando se beneficiar da melhora do ambiente econômico atual em relação ao dos últimos anos.

Vale destacar que o Fundo BRIO I não implementou nenhum investimento novo no período de 2014 a 2016 por acreditar que os fundamentos do mercado imobiliário eram frágeis e que os preços não refletiam os fundamentos. Este comportamento reforça a nossa crença de disciplina na alocação de capital baseada numa análise fundamentalista e tendo o preço de reposição como principal parâmetro.

DESEMPENHO OPERACIONAL DA COMPANHIA

A atividade principal da Companhia é a participação societária em outras empresas, com um acompanhamento próximo das companhias investidas e suporte aos órgãos de administração de cada uma delas. Desse modo, as informações financeiras divulgadas refletem as informações financeiras divulgadas por suas controladas e controladas indiretas em conjunto, cujas demonstrações financeiras completas, quando aplicável, encontram-se arquivadas na CVM.

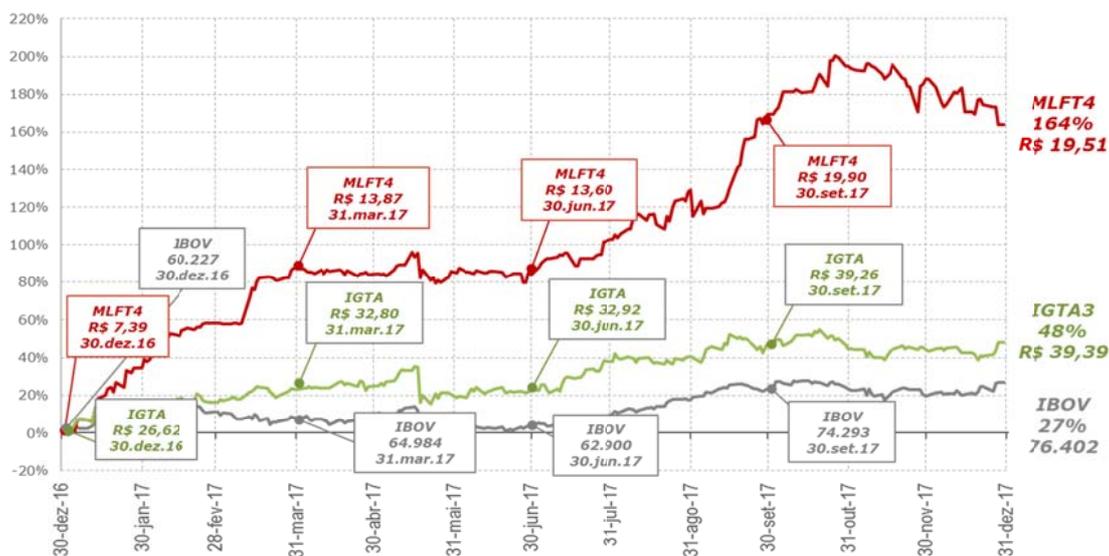
R\$ Mil (Consolidado)	2017	2016	Δ%
Receita de venda bens / serviços	693.235	668.710	4%
Custo bens / serviços vendidos	(212.303)	(208.423)	2%
Resultado Bruto	480.932	460.287	5%
Equivalência Patrimonial	144	(16.316)	<i>n.a.</i>
SG&A	(91.206)	(92.214)	-1%
Outras receitas (desp) operacionais	13.778	9.957	38%
Resultados antes result fin / trib	403.648	361.714	12%
Resultado financeiro	(178.315)	(225.743)	-21%
Imposto de renda / contribuição social	(40.027)	(45.470)	-12%
Lucro Líquido (prejuízo)	185.306	90.501	105%
<i>Atribuído a Sócios da Empresa Controladora</i>	76.901	21.564	257%
<i>Atribuído a Sócios Não Controladores</i>	108.405	68.937	57%

DIVIDENDOS

A Administração da Companhia propõe o pagamento de dividendos no valor de R\$ 35 milhões a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

MERCADO DE CAPITAIS

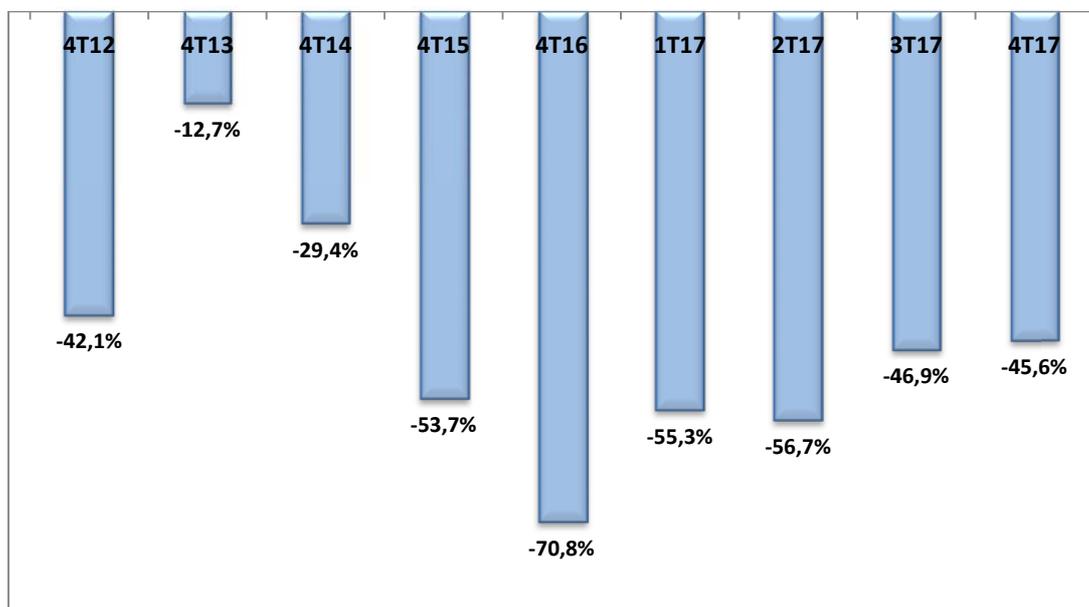
As ações da Companhia e de suas investidas apresentaram o seguinte desempenho conforme demonstrado no gráfico abaixo:



O valor de mercado das participações detidas pela Companhia, sem considerar qualquer prêmio de controle, correspondia no final do exercício a R\$ 3.511 milhões. O valor de mercado da Companhia nesta mesma data atingia R\$ 1.910 milhões, o que corresponde a um desconto de 45,6% sobre o valor de mercado dos seus ativos.

Cotação IGTA3 - 28/12/17	39,39
Market Cap Iguatemi	R\$ 6.956.730 Mil
Participação JP (%)	50,8%
Valor da Participação Iguatemi (A)	R\$ 3.531.029 Mil
Divida Liquida JP (B)	R\$ 19.614 Mil
Valor dos Ativos Líquidos (C=A-B)	R\$ 3.511.414 Mil
Cotação MLFT4	R\$ 19,51
Market Cap JP (D)	R\$ 1.910.017 Mil
Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e o Valor de Mercado (E=C-D)	R\$ 1.540.729 Mil
Desconto (E/C)	45,6%

O quadro abaixo demonstra a evolução histórica deste desconto nos últimos anos (em %).



AUDITORES INDEPENDENTES – INSTRUÇÃO CVM No. 381/03

Nos termos da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que a ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., prestadora de serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2017.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais participantes do mercado, o apoio e a confiança depositados e, em especial, aos seus funcionários pelo comprometimento, dedicação, empenho e esforço.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Jereissati Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jereissati Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Jereissati Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- **Valor recuperável das propriedades para investimento e ágio por rentabilidade futura**

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos de propriedades para investimentos mensuradas pelo método de custo (Nota 13.d) e de ágio por rentabilidade futura (Nota 15.i), totalizavam R\$4.066.710 mil e R\$88.169 mil, respectivamente, no consolidado, e representam em conjunto 80,2% do total do ativo consolidado, naquela data. A Companhia e suas controladas suportam a realização desses ativos por meio de estimativas de suas rentabilidades futuras e geração de caixa, preparadas pela Administração, com base em seu julgamento e amparada no plano de negócios e orçamento, aprovados pelos órgãos de governança corporativa. Tais estimativas são preparadas e revisadas internamente de acordo com a estrutura de governança da Companhia uma vez que envolvem elevado grau de julgamento. Anualmente, a Companhia avalia as premissas e estimativas de rentabilidade futura e geração de caixa por Unidades Geradoras de Caixa (UGC) às quais as propriedades e os respectivos ágios estão alocados, bem como as taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções dos fluxos de caixa, dentre outros indicadores, uma vez que podem ocorrer mudanças nos mercados de atuação, quer sejam econômicas ou regulatórias. Em função das mudanças que podem ocorrer nessas estimativas e que podem impactar de forma relevante o valor de recuperação destes ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em *valuation* para auxiliar na análise e revisão das metodologias, modelos utilizados pela Administração, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável das propriedades para investimento e do ágio por rentabilidade futura da Companhia. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela Administração da Companhia comparando com informações externas de mercado, bem como com as próprias premissas aprovadas pela Administração na elaboração de seu plano de negócios e com outras estimativas efetuadas pela Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Comparamos a assertividade de projeções realizada em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer às premissas mais significativas e às metodologias selecionadas e por fim, analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento do valor recuperável, considerando outros cenários e premissas, com base em dados de mercado.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável adotado pela Administração, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil das propriedades para investimento e do ágio por rentabilidade futura, bem como comparamos o valor de mercado da Companhia, com base no valor de suas ações negociadas no mercado com o valor de seu patrimônio líquido, avaliando a adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável das propriedades para investimento e do ágio por rentabilidade futura, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas desse valor recuperável adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

- **Reconhecimento de receita de aluguel e cessão de direitos**

Conforme mencionado nas Notas 2.b e 4, a controlada Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”) reconhece suas receitas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando elas possam ser mensuradas de forma confiável. Para as receitas de aluguel, os contratos de locação de forma geral estabelecem que os locatários devem pagar o maior valor entre um mínimo contratual estipulado e uma variável, calculado através de um percentual sobre as vendas de cada estabelecimento. Os aluguéis mínimos são ajustados por aumentos fixos regulares ao longo do prazo dos contratos, aluguel em dobro no mês de dezembro e pela inflação. As receitas de aluguéis mínimos, excluindo os efeitos inflacionários, devem ser reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato, e qualquer excesso do aluguel variável é reconhecido quando incorrido. As receitas de cessão de direitos a lojistas são diferidas e apropriadas ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel. O volume de operações envolvido no cálculo e suas particularidades, que é realizado contrato a contrato, bem como os potenciais riscos envolvidos com relação à competência do reconhecimento das receitas, nos levou a identificar essas questões como riscos significativos que requerem considerações especiais de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos controles envolvidos no processo de reconhecimento de receita, testes documentais amostrais, incluindo o exame de contratos e recálculo dos valores do reconhecimento da receita, observando os períodos adequados de competência ao longo do ano e dos períodos contratuais, bem como fizemos avaliação e procedimentos analíticos sobre a movimentação mensal das receitas, utilizando dados desagregados por shopping center, para identificar movimentações inconsistentes às nossas expectativas obtidas a partir de nosso conhecimento prévio da Companhia e do setor e que possam indicar potenciais diferenças distorções relacionadas a existência e período de competência do reconhecimento da receita. Os resultados de nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita de aluguel e de cessão de direitos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita, o qual está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios de reconhecimento de receitas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

• **Valor recuperável dos tributos diferidos ativos**

Conforme descrito na Nota 11, o saldo consolidado de tributos diferidos ativos é de R\$98.474 mil, constituído sobre créditos tributários diferidos provenientes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e de diferenças temporárias da sua controlada Iguatemi, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado pela Administração sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento significativo na determinação da projeção de lucros futuros.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do potencial impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer sobre o valor desses créditos registrados às demonstrações financeiras da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente, e avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos e matemáticos, bem como comparamos certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelos órgãos competentes da Companhia. Comparamos a assertividade de projeções realizada em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Iguatemi. Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas na Nota 11 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos tributos diferidos ativos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos tributos diferidos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras correspondentes examinadas por outros auditores independentes

O exame das demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 10 de março de 2017. O exame das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota 2.d, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria com parágrafo de ênfase em decorrência da auditoria sobre os valores correspondentes descritos na Nota 2.d daquelas demonstrações financeiras reapresentadas, com data de 14 de março de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

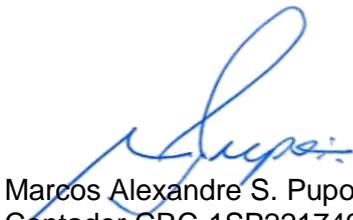
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 1º de janeiro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado			Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		
		2017	2016	2017	Reapresentado 2016	Reapresentado 01/01/2016			2017	2016	2017	Reapresentado 2016	Reapresentado 01/01/2016
Circulante							Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	9	16	17	52.785	186.472	132.883	Salários, encargos sociais e benefícios	2.125	2.150	26.167	29.500	31.973	
Aplicações financeiras	9	5.638	38.325	430.071	431.809	522.247	Fornecedores	361	238	22.386	11.759	29.603	
Contas a receber	10	-	-	151.991	154.497	176.220	Empréstimos e financiamentos	16	31.767	33.491	230.667	359.085	407.340
Estoques		-	-	4.188	5.365	6.060	Tributos correntes a recolher	11	84	106	19.476	19.939	20.433
Tributos correntes e a recuperar	11	1.194	927	39.642	24.678	27.381	Dividendos a pagar	22	18.302	8.194	43.649	27.093	21.664
Dividendos a receber	22	26.314	19.484	-	-	-	Programa de refinanciamento fiscal	17	-	157	2.994	1.365	1.365
Redução de capital a receber	22	-	25.789	-	-	-	Redução de capital a pagar	22	112	-	122	313	-
Créditos com partes relacionadas	22	-	-	862	1.081	-	Demais obrigações	19	491	284	5.098	10.761	64.216
Demais ativos		47	62	12.064	14.349	28.179	Total do passivo circulante		53.242	44.620	350.559	459.815	576.594
Total do ativo circulante		33.209	84.604	691.603	818.251	892.970							
Não circulante							Não circulante						
Aplicações financeiras	9	-	-	36.589	39.512	61.275	Empréstimos e financiamentos	16	60.845	91.268	1.954.381	2.005.720	1.956.695
Contas a receber	10	-	-	77.699	84.668	83.855	Tributos diferidos	11	-	-	11.616	24.599	34.803
Tributos a recuperar	11	19.667	18.485	26.714	24.927	22.633	Programa de refinanciamento fiscal	17	-	144	988	1.252	2.617
Tributos diferidos	11	-	-	-	25.040	14.779	Provisões	18	5.104	5.378	28.395	20.974	19.919
Depósitos e bloqueios judiciais	12	1.098	1.024	4.920	5.057	5.172	Demais obrigações	19	2.789	2.912	14.671	27.700	51.807
Dividendos a receber	22	-	-	2.516	2.516	2.603	Total do passivo não circulante		68.738	99.702	2.010.051	2.080.245	2.065.841
Créditos com partes relacionadas	22	-	-	101.616	120.484	116.342							
Demais ativos		-	-	715	14.790	6.821	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	20					
Investimentos	13	1.498.731	1.469.598	46.734	41.373	61.108	Capital social		741.987	784.004	741.987	784.004	784.004
Propriedades para investimentos	13	-	-	4.066.710	4.022.889	3.996.971	Reservas de capital		1.276	10.163	1.276	10.163	13.590
Imobilizado	14	-	1	21.648	23.355	19.930	Reservas de lucros		546.187	496.329	546.187	496.329	498.763
Intangível	15	2	2	99.831	101.182	103.354	Ações em tesouraria		-	(3.658)	-	(3.658)	(3.815)
Total do ativo não circulante		1.519.498	1.489.110	4.485.692	4.505.793	4.494.843	Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações		134.412	134.100	134.412	134.100	135.572
							Ajustes de avaliação patrimonial		(1.570)	(465)	(1.570)	(465)	(4.827)
							Outros resultados abrangentes		8.435	8.919	8.435	8.919	3.603
							Total do patrimônio líquido		1.430.727	1.429.392	1.430.727	1.429.392	1.426.890
							Participações dos não controladores		-	-	1.385.958	1.354.592	1.318.488
							Total do passivo e patrimônio líquido		1.552.707	1.573.714	5.177.295	5.324.044	5.387.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita líquida de vendas e/ou serviços	4	2.510	2.151	693.235	668.710
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	5	(198)	(309)	(212.303)	(208.423)
Lucro bruto		2.312	1.842	480.932	460.287
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	13	108.897	35.455	144	(16.316)
Gerais e administrativas	5	(19.533)	(18.139)	(91.206)	(92.214)
Outras receitas operacionais	6	645	16.943	33.191	72.081
Outras despesas operacionais	6	(6.874)	(335)	(19.413)	(62.124)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		85.447	35.766	403.648	361.714
Receitas financeiras	7	5.865	6.444	65.219	101.055
Despesas financeiras	7	(14.762)	(20.646)	(243.534)	(326.798)
Resultado financeiro		(8.897)	(14.202)	(178.315)	(225.743)
Lucro antes das tributações		76.550	21.564	225.333	135.971
Imposto de renda e contribuição social	8				
Corrente		-	-	(47.911)	(58.785)
Diferido		351	-	7.884	13.315
Lucro líquido do exercício		76.901	21.564	185.306	90.501
Lucro atribuído aos controladores		76.901	21.564	76.901	21.564
Lucro atribuído aos não controladores		-	-	108.405	68.937
Lucro básico e diluído por ação (R\$) atribuível a Companhia:	20 (e)				
Ações ordinárias - básicas		0,8747	0,2403	0,8747	0,2403
Ações ordinárias - diluídas		0,8726	0,2343	0,8726	0,2343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Jereissati Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício	76.901	21.564	185.306	90.501
Equivalência patrimonial reflexa ajuste de conversão de controladas	(484)	660	(484)	669
Deságio em transação de capital	-	5.729	-	5.729
	<u>(484)</u>	<u>6.389</u>	<u>(484)</u>	<u>6.398</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>76.417</u>	<u>27.953</u>	<u>184.822</u>	<u>96.899</u>
Resultado abrangente atribuído ao controlador	76.417	27.953	76.417	27.953
Resultado abrangente atribuído ao não controlador	-	-	108.405	68.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Reservas de capital			Reservas de lucros					Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Ágio em transações de capital e variações de capital e variações de participações	Ajustes de avaliação patrimonial	Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
		Reserva de Capital	Ganhos com ações em tesouraria	Opções de Ações Reflexa	Legal	Investimentos	Retenção	Dividendos adicionais propostos	Ações em tesouraria								
Saldos em 1º de janeiro de 2016		784.004	4	878	12.708	68.187	365.982	64.594	-	(3.815)	-	3.603	135.572	(4.827)	1.426.890	1.318.488	2.745.378
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(313)	(313)
Plano de opção de ações de controladas		-	-	-	(3.427)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.427)	13.139	9.712
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.658)	-	-	-	-	(3.658)	(9.899)	(13.557)
Cancelamento de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	(14.948)	-	-	3.815	-	-	-	-	(11.133)	-	(11.133)
Ações em tesouraria e transação de capital reflexo de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.362	4.362	25	4.387
Deságio em transação de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.729	-	-	5.729	-	5.729
Ajuste de conversão reflexo de controlada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	660	-	-	-	660	9	669
Ajuste reflexo na variação de participação em investimentos e minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.472)	-	-	(1.472)	15.255	13.783
Outros ajustes no patrimônio das controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	(856)	(1.073)	-	-	-	(1.929)	(24.962)	(26.891)
Dividendos declarados por controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.087)	(26.087)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	21.564	-	-	-	-	21.564	68.937	90.501
Reserva legal		-	-	-	-	1.078	-	-	-	(1.078)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas de lucros		-	-	-	-	-	5.667	-	-	(5.667)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	(8.194)	-	-	-	-	(8.194)	-	(8.194)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	5.769	-	(5.769)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		784.004	4	878	9.281	69.265	356.701	64.594	5.769	(3.658)	-	8.919	134.100	(465)	1.429.392	1.354.592	2.783.984
Redução de capital	20 (a)	(42.017)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.017)	-	(42.017)
Plano de opção de ações de controladas	20 (c)	-	-	-	(8.887)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.887)	24.458	15.571
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.495)	(25.495)
Cancelamento de ações em tesouraria	20 (b)	-	-	-	-	-	(4.804)	-	-	3.658	-	-	-	-	(1.146)	-	(1.146)
Ações em tesouraria e transação de capital reflexo de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.105)	(1.105)	-	(1.105)
Ajuste de conversão reflexo de controlada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(484)	-	-	-	(484)	-	(484)
Ajuste reflexo na variação de participação em investimentos e minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	341	-	-	341	911	1.252
Aumento (redução) patrimonial com reorganização societária		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)	-	-	(29)	-	(29)
Outros ajustes no patrimônio das controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	1.794	-	-	-	-	1.794	(11.525)	(9.731)
Transferência para reservas de lucros		-	-	-	-	-	1.794	-	-	(1.794)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados por controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.388)	(65.388)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios pagos		-	-	-	-	-	-	-	(5.769)	-	-	-	-	-	(5.769)	-	(5.769)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	76.901	-	-	-	-	76.901	108.405	185.306
Reserva legal	20 (c)	-	-	-	-	3.845	-	-	-	(3.845)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas de lucros	20 (c)	-	-	-	-	-	38.056	-	-	(38.056)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.264)	-	-	-	-	(18.264)	-	(18.264)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	20 (d)	-	-	-	-	-	-	-	16.736	(16.736)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		741.987	4	878	394	73.110	391.747	64.594	16.736	-	-	8.435	134.412	(1.570)	1.430.727	1.385.958	2.816.685
		741.987			1.276				546.187			8.435	134.412	(1.570)	1.430.727	1.385.958	2.816.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		76.550	21.564	225.333	135.971
Ajuste para conciliar o lucro líquido às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias		14.087	17.815	219.070	389.728
Depreciação e amortização	Notas 5 e 6	1	1	106.404	133.235
Provisão para perda ao valor recuperável	Nota 6	6.598	-	6.598	21.834
Perdas sobre contas a receber	Nota 6	-	-	7.363	12.612
Provisão e reversão de provisão, líquida de perdas com processos judiciais		(273)	341	1.026	1.157
Atualização de depósitos judiciais		(79)	(54)	(690)	(155)
Equivalência patrimonial	Nota 13 (a)	(108.897)	(35.455)	(144)	16.316
Resultado na alienação e baixa de ativo		-	-	335	70
Reclassificação ajustes reflexos dos investimentos		-	-	-	(1.450)
Prescrição de dividendos		-	-	58	-
Ganho (perda) de participação		-	-	-	23
Receitas diferidas		-	-	(20.605)	(30.321)
Outras receitas, líquidas das despesas		-	6	(2.115)	(2.686)
		<u>(12.013)</u>	<u>4.218</u>	<u>542.633</u>	<u>676.334</u>
Mutações patrimoniais					
Contas a receber		20	28	(16.601)	(9.737)
Estoques		-	-	19	419
Tributos correntes e a recuperar		(1.235)	(2.132)	(796)	(26.523)
Fornecedores		(110)	148	10.392	(5.169)
Salários, encargos sociais e benefícios		(2)	1.184	(3.165)	(1.070)
Depósitos e bloqueios judiciais		5	(29)	5	(29)
Outras contas ativas e passivas		156	200	56.029	(14.217)
		<u>(1.166)</u>	<u>(601)</u>	<u>45.883</u>	<u>(56.326)</u>
Caixa proveniente das operações					
Encargos financeiros pagos	Nota 16 (a)	(15.811)	(17.950)	(235.586)	(292.017)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(45.791)	(45.250)
Dividendos recebidos		60.916	30.882	972	900
		<u>45.105</u>	<u>12.932</u>	<u>(280.405)</u>	<u>(336.367)</u>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		<u>31.926</u>	<u>16.549</u>	<u>308.111</u>	<u>283.641</u>
Atividades de investimento					
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		-	-	(98.058)	(161.200)
Aumento dos investimentos permanentes, menos caixa líquido incluído na aquisição		(818)	(540)	(1.852)	(20.957)
Caixa líquido recebido na venda de participações societárias		-	17.375	-	39.624
Recebimento de devolução de capital em controladas	Nota 22 (a)	25.789	-	-	-
Resgate (Aplicações financeiras) em título mantidos para negociação		30.467	(8.431)	(2.172)	64.659
		<u>55.438</u>	<u>8.404</u>	<u>(102.082)</u>	<u>(77.874)</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento					
Atividades de financiamento					
Captações líquidas de custos	Nota 16 (a)	-	-	279.635	450.000
Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	Nota 16 (a)	(30.423)	-	(451.041)	(529.027)
Pagamentos de dividendos		(13.935)	-	(73.019)	(28.628)
Aumento (redução) de capital	Nota 20 (a)	(41.861)	-	(42.167)	540
Recompra de ações		(1.146)	(24.955)	(53.124)	(45.063)
		<u>(87.365)</u>	<u>(24.955)</u>	<u>(339.716)</u>	<u>(152.178)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento					
Fluxo de caixa do exercício		<u>(1)</u>	<u>(2)</u>	<u>(133.687)</u>	<u>53.589</u>
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo final		16	17	52.785	186.472
Saldo inicial		17	19	186.472	132.883
		<u>(1)</u>	<u>(2)</u>	<u>(133.687)</u>	<u>53.589</u>
Aumento (diminuição) de Caixa e equivalentes de caixa					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.926	2.507	806.963	770.089
Reclassificação ajustes reflexos positivos dos investimentos	-	-	-	1.450
Ganho (perda) de participação	-	-	-	(23)
Provisão para perda no valor recuperável	(6.598)	-	(6.598)	(21.834)
Perdas e provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(7.363)	(12.612)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	458	16.936	(20.499)	20.395
	<u>(3.214)</u>	<u>19.443</u>	<u>772.503</u>	<u>757.465</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos prods., mercs. e servs. vendidos	-	-	(80.291)	(73.639)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.270)	(1.294)	(34.477)	(30.248)
Outros insumos	(7.198)	(8.042)	(8.576)	(9.550)
	<u>(8.468)</u>	<u>(9.336)</u>	<u>(123.344)</u>	<u>(113.437)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(11.682)</u>	<u>10.107</u>	<u>649.159</u>	<u>644.028</u>
Retenções				
Depreciação e amortização	(1)	(1)	(106.404)	(133.235)
Reversão de provisão, líquida de perdas com processos judiciais	183	(300)	(1.224)	(1.115)
Outras despesas	(9)	-	(1.809)	-
	<u>173</u>	<u>(301)</u>	<u>(109.437)</u>	<u>(134.350)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>(11.509)</u>	<u>9.806</u>	<u>539.722</u>	<u>509.678</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	108.897	35.455	144	(16.316)
Receitas financeiras	5.865	6.444	65.219	101.055
	<u>114.762</u>	<u>41.899</u>	<u>65.363</u>	<u>84.739</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>103.253</u>	<u>51.705</u>	<u>605.085</u>	<u>594.417</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	8.403	6.946	54.994	58.370
Benefícios	1.006	768	9.002	6.427
FGTS	541	230	5.678	6.125
	<u>9.950</u>	<u>7.944</u>	<u>69.674</u>	<u>70.922</u>
Impostos e taxas				
Federais	1.755	1.652	94.199	91.303
Estaduais	-	-	4.272	3.826
Municipais	155	134	12.059	11.376
	<u>1.910</u>	<u>1.786</u>	<u>110.530</u>	<u>106.505</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e demais encargos financeiros	14.492	20.411	214.844	307.585
Aluguéis	-	-	4.683	4.355
Outras remunerações de capitais de terceiros	-	-	20.048	14.549
	<u>14.492</u>	<u>20.411</u>	<u>239.575</u>	<u>326.489</u>
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos mínimos obrigatórios	18.264	8.194	18.264	8.194
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	16.736	5.769	16.736	5.769
Lucros retidos	41.901	7.601	41.901	7.601
Participação dos não controladores	-	-	108.405	68.937
	<u>76.901</u>	<u>21.564</u>	<u>185.306</u>	<u>90.501</u>
Valor adicionado distribuído	<u>103.253</u>	<u>51.705</u>	<u>605.085</u>	<u>594.417</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Jereissati Participações S.A. e sociedades controladas, distribuídas da seguinte forma:

1. Informações gerais
2. Principais políticas contábeis
3. Instrumentos financeiros e análise de riscos
4. Receitas de vendas e/ou serviços
5. Despesas por natureza
6. Outras receitas e despesas operacionais
7. Resultado financeiro
8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
9. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
10. Contas a receber
11. Tributos correntes e diferidos sobre a renda
12. Depósitos e bloqueios judiciais
13. Investimentos (*inclui Propriedades para investimento*)
14. Imobilizado
15. Intangível
16. Empréstimos e financiamentos (*inclui debêntures*)
17. Programa de refinanciamento fiscal
18. Provisões
19. Demais obrigações
20. Patrimônio líquido
21. Benefícios a empregados
22. Transações com partes relacionadas
23. Seguros
24. Transações não envolvendo caixa
25. Eventos subsequentes

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Companhia

A Jereissati Participações S.A. (“Companhia”, e em conjunto com a Iguatemi e suas controladas “Grupo”), é uma companhia aberta nacional, com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, atual denominação social da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3”) – atualmente sob o código JPSA3 (ON) (Nota 25), e tem por objetivo a participação societária em outras empresas e a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária. A Companhia é uma holding, sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, no bairro Jardim Paulistano, na Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9º andar parte.

Na data de 05 de junho de 2017, com o objetivo de simplificar a estrutura societária da cadeia de controle da Companhia, foram concluídas operações de mera reorganização societária, sem qualquer compra ou venda de ações, envolvendo sociedades que detinham participação direta ou indireta na Companhia, mediante a consolidação das bases acionárias dessas sociedades na GJ Investimentos e Participações S.A. (nova denominação social da Sociedade Fiduciária Brasileira Serviços, Negócios e Participações S.A.) (“GJIP”) (“Operações”).

Em decorrência das referidas Operações, a GJIP passou a agregar as participações anteriormente detidas por JPSUL Participações e Representações Comerciais S.A. (“JPSU”), Itatinga Sociedade Comercial Industrial e Agrícola S.A. (“ITAT”), Southmall Holding Ltda., GJ Investimentos Ltda. (as duas últimas sucedidas, por incorporação, pela GJIP) e por Carlos Francisco Ribeiro Jereissati (“CFJ”). Como resultado, na data destas Demonstrações Financeiras, a GJIP passou a deter, 27.698.784 ações ordinárias e 26.339.445 ações preferenciais de emissão da Companhia, representativas de 71,80% do total das ações ordinárias de emissão da Companhia, 48,07% do total das ações preferenciais de emissão da Companhia, e 57,87% do capital social total da Companhia. A JPSU e ITAT deixaram de deter participação direta ou indireta na Companhia. CFJ deixou de deter participação direta na Companhia, tendo transferido a totalidade da participação direta por ele detida, mantendo, contudo, a participação indireta e o controle da Companhia. Adicionalmente, as Operações não tiveram por objetivo alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia, tendo em vista que o controle indireto foi mantido. Com a conclusão da Conversão de Ações da Companhia (Nota 25), a GJIP passou a deter 51.404.283 ações ordinárias do total das ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 58,49% do seu capital total e votante.

A Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. e suas controladas (“Iguatemi” ou “Iguatemi e suas controladas”) é o principal ativo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detém, das ações em circulação da Iguatemi, 50,78% do seu capital total e votante.

Posição financeira e plano da Administração para aumento da liquidez

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$20.033, representado substancialmente pelas obrigações referentes a empréstimos e financiamentos (Nota 16 (a)) e dividendos a pagar (Nota 22). Conforme divulgado na Nota 25, a Companhia (i) receberá R\$12.000 referente a redução de capital da sua controlada JPSP; (ii) estima receber dividendos da Iguatemi de aproximadamente R\$60.942; e (iii) adicionalmente, com o objetivo de alongar parte do empréstimo existente, contratou novo empréstimo com prazo de 2 anos, no montante de R\$26.000. A Companhia entende que a entrada destes recursos será suficiente para equilibrar o seu fluxo financeiro.

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segmento de Shopping Centers

A Iguatemi com sede em São Paulo – SP, negocia suas ações na B3, sob a sigla IGTA3, e tem por objeto social a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto, a compra e venda de imóveis, a exploração de estacionamentos rotativos, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outras companhias como sócia, cotista, acionista ou associada por qualquer outra forma permitida por lei.

Os empreendimentos (“shopping centers”) são administrados conjuntamente com os seus sócios e são constituídos sob a forma de condomínio de edificação e consórcios. Suas operações são registradas pela Iguatemi, em seus livros contábeis, na proporção da sua participação. A Iguatemi e suas controladas são detentoras de participação em determinados empreendimentos imobiliários, na sua grande maioria shopping centers, localizados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Investimento na JPSP

A controlada direta JPSP Investimentos e Participações S.A. (“JPSP”), atual denominação da Jereissati Telecom S.A., é uma companhia atualmente fechada, com sede em São Paulo, que até 28 de julho de 2017, tinha suas ações negociadas na B3, sob as siglas LFFE3 (ON) e LFFE4 (PN), e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, a critério do Conselho de Administração, a exploração comercial e o planejamento de shopping centers e empreendimentos de uso misto, a compra e venda de imóveis, a fabricação e a comercialização de ferragens e o exercício de outras atividades industriais e comerciais de produtos conexos, bem como a importação e a exportação. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detém 100% do capital votante e total da JPSP.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia aumentou sua participação na JPSP, através da compra de 6.571.111 ações ordinárias e 3.996.606 ações preferenciais detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ (“Previ”), que correspondia à uma participação de 19,43% no capital total e 19,52% no capital votante da JPSP. A aquisição foi realizada através de leilão, pelo preço de R\$0,96 por ação, totalizando R\$10.145. Como resultado, a Companhia ficou obrigada a realizar a Oferta Pública de Ações (“OPA”) por Aumento de Participação. O Pedido de Registro de Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de emissão da JPSP, cumulado com o Pedido de Cancelamento de Registro na Categoria A, foi deferido pela CVM em 25 de abril de 2017. Na data de 19 de junho de 2017, o Leilão foi realizado e de acordo com o seu resultado, a totalidade dos Acionistas Habilitados (conforme definido no Edital) correspondeu à totalidade dos Acionistas Concordantes (conforme definido no Edital), tendo a Companhia adquirido 145.518 ações de emissão da JPSP, das quais 1.270 são ações ordinárias, correspondendo a 0,98% das ações ordinárias em circulação, e 144.248 são ações preferenciais, correspondendo a 40,84% das ações preferenciais em circulação. Essas ações foram adquiridas pela Companhia pelo preço de R\$1,02 por Ação Objeto da Oferta (“Preço por Ação”), perfazendo, portanto, o montante total de R\$148.428,36. A partir da liquidação financeira da Oferta, que ocorreu no dia 22 de junho de 2017 (“Data de Liquidação”), a Companhia (em conjunto com as pessoas a ela vinculadas) passou a ser titular de 54.043.323 ações de emissão da JPSP, representativas de 99,38% do capital total da JPSP, sendo 33.539.792 ações ordinárias,

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

correspondendo a 99,62% do capital ordinário da JPSP, e 20.503.531 ações preferenciais, correspondendo a 98,99% do capital preferencial da JPSP.

Na medida em que mais de 2/3 das ações de emissão da JPSP habilitadas no Leilão nos termos do Edital foram vendidas à Companhia no Leilão ou os respectivos acionistas concordaram expressamente com o Cancelamento do Registro, a JPSP adotou as medidas complementares necessárias para a consecução do Cancelamento do Registro perante a CVM, tendo sido o mesmo, deferido pela CVM em 28 de julho de 2017. Adicionalmente, nesta mesma data, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão cancelou de ofício, a Listagem de Emissor da JPSP.

Até o efetivo Cancelamento do Registro, as ações de emissão da JPSP permaneceram autorizadas para negociação na B3.

Considerando que, a partir da Data de Liquidação, menos que 5% das ações de emissão da JPSP permaneceram em circulação, em 18 de setembro de 2017, foi realizada a assembleia geral de acionistas da JPSP que deliberou e aprovou o resgate de tais ações (“AGE do Resgate”). O preço de resgate correspondeu ao Preço por Ação, atualizado pela Taxa Selic, desde a Data de Liquidação até a data do depósito do preço de resgate. O pagamento do resgate foi realizado em 29 de setembro de 2017 pelo preço de R\$1,046 por ação, no valor total de R\$352. As 127.834 ações ordinárias e 208.988 ações preferenciais resgatadas foram canceladas (Nota 13).

Nesta mesma data a Companhia adquiriu pelo mesmo preço por ação, o restante das 167.439 ações preferenciais da JPSP, de propriedade dos demais acionistas, que não estavam inclusas no âmbito da Oferta, passando a deter 100% do capital total e votante da JPSP.

Em continuidade a estratégia da Companhia, de concentrar seus investimentos em ativos relacionados ao seu principal ramo de negócios, o setor imobiliário nacional, na data de 21 de fevereiro de 2018, a Companhia celebrou contrato de compra e venda da totalidade das ações da JPSP com a PARTHICA HOLDINGS LLC (Nota 25).

JPSP

Na data destas Demonstrações Financeiras, a JPSP possuía como investimentos, 100% da Infinity Trading Limited. (“Infinity”), e da Nanak RJ Participações S.A. (“Nanak”); e 15,27% da EDSP66 Participações S.A., em decorrência do resgate das cotas do FIP GJ Real State (Nota 13). Atualmente, a JPSP é uma companhia não operacional que possui a participação de 8,43% na LiQ Participações S.A. Através de sua controlada direta Nanak RJ Participações S.A, a JPSP detém 20.795 debêntures da 1ª série da 4ª emissão da LiQ.

Em 1º de dezembro de 2017, através do Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra de Ações da Alium Participações S.A., A JPSP vendeu para a Companhia, pelo valor patrimonial de R\$63, a sua participação de 50% no capital total e votante da Alium, representada por 304.403 ações ordinárias.

A Infinity, subsidiária integral da JPSP, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, foi constituída em 1996, é uma companhia não operacional cujo seu objetivo social é de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

A Nanak, subsidiária integral da JPSP, com sede à Rua Angelina Maffei Vita, 200 9º andar (parte), na Cidade e Estado de São Paulo, é uma companhia não operacional de participações, que em 31 de

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dezembro de 2017, não possuía ativos relevantes.

Contact Center e Serviços

Em Assembleia Geral Extraordinária da CTX Participações S.A. (“CTX”), realizada em 10 de fevereiro de 2017, foi aprovado (i) o Balanço Patrimonial da CTX levantado em 31/12/2016, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes, para fins de liquidação e extinção da CTX; (ii) aprovar, considerando a extinção da obrigação de pagamento do montante de R\$5.797, que corresponde ao valor originalmente contabilizado como “dividendos a pagar” declarados pela CTX na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015, e depois de pagos os passivos residuais e as despesas correntes da CTX, a partilha do ativo remanescente da CTX entre os acionistas, no valor, em moeda corrente nacional, de R\$57, na proporção de suas participações acionárias, tendo sido atribuído à JPSP o valor de R\$26; (iii) registrar que o saldo da conta do ativo da CTX relativo a “Tributos a Recuperar”, no montante de R\$454, foi objeto de pedido de restituição à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com a indicação dos acionistas como beneficiários da restituição, na proporção de suas participações acionárias; (iv) aprovar o relatório do Liquidante dos atos e operações da liquidação e suas contas finais; (v) o encerramento da liquidação e a extinção da CTX, nos termos do inciso I do Art. 219 da Lei nº. 6.404/76, cabendo ao Liquidante tomar todas as providências para o arquivamento da Ata da presente Assembleia, o cancelamento de registro de companhia aberta da CTX perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como para a realização das demais baixas e cancelamentos de registros e inscrições da CTX que se fizerem necessários.

Na data destas Demonstrações Financeiras, as 352.893 ações ordinárias da LIQ Participações S.A., atual denominação de Contax Participações S.A. (“LIQ”), detidas pela JPSP, estão registradas como instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

Outros Investimentos

A Companhia em parceria com Sollers Investimentos e Participações S.A. (“Sollers”) investiu na empresa Brio Investimentos Imobiliários S.A. (“BRIO”).

O principal objetivo da Brio é identificar, estruturar e viabilizar oportunidades de investimentos no setor imobiliário brasileiro (à exceção de Shopping Centers), e oferecer tais oportunidades a um grupo amplo de investidores, analisando a conveniência, timing, fundamentos e oportunidades de se investir nas seguintes classes de ativos: escritórios corporativos, salas comerciais, galpões industriais / logístico, residencial, loteamentos, hotelaria e Investimentos Financeiros Estruturados atrelados a ativos imobiliários. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detém 40% do seu capital total e votante.

As participações em controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas a seguir.

Sociedade	Atividade	País sede	Participação Acionária			
			Direta		Indireta	
			2017	2016	2017	2016
Segmento de Shopping Centers						
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (i)			50,78%	50,77%	-	-
Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A. (“AGSC”) (ii)	Shopping Center	Brasil	-	-	18,28%	18,28%
AEMP - Administradora de Empreendimentos Ltda. (“AEMP”) (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

AEST - Administradora de Estacionamento Ltda ("AEST") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
Amuco Shopping S.A. ("Amuco") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
ATOW Administradora de Torres Ltda ("ATOW") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
CSC41 Participações LTDA ("CS41") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
CSC61 Participações Ltda. ("CS61") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
CSC132 Comércio Varejista Ltda ("Polo") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
CSC142 Participações Ltda ("OLSC") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
DV Brasil Comércio Varejista Ltda ("DV Brasil") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda ("OIGL") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
Fleury Alliegro Imóveis Ltda. ("FLEURY") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	40,63%	40,62%
I-Art Produções Teatrais ("IART") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
IESTA Porto Alegre Estacionamentos Ltda ("IESTAPA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
Iguatemi Estacionamentos Ltda. ("IESTA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
Iguatemi Leasing Ltda. ("Iguatemi Leasing") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
Iguatemi Outlets do Brasil ("OLNH") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
I-Retail Serv. Consult. De Moda e Particip. Ltda ("I-Retail") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
JK Iguatemi Administração de Shopping Centers Ltda ("JK ADM") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
JK Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. (JKIG) (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
JK Iguatemi Estacionamentos Ltda ("JKES") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	32,50%	32,49%
Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda ("Lasul") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
Leasing Mall Comercialização, Assessoria e Planejamento de Shopping Centers Ltda. ("Leasing Mall") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
Market Place Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda ("MPPart") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
Market Place Torres Ltda ("MPT") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
Nova Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda ("OING") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
Odivelas SP Participações S.A. ("OSPP") (ii)	Shopping Center	Brasil	-	-	16,93%	16,92%
Ork Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda ("ORKE") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
Praia de Belas Deck Parking Ltda ("PBES") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	40,63%	40,62%
Riviera Comércio Varejista Ltda ("Vile") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	-
SCIALPHA Participações LTDA ("SCIALPHA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
SCIRP Participações Ltda. ("SCRIP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda ("SCRB") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
SISP Participações S.A. ("SISP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
SJRP Iguatemi Empreendimentos Ltda ("SJRP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
SPH 1 Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("SPHI") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	50,78%	50,77%
JPSP (i)			100%	98,80%		
Nanak RJ Participações S.A.(i)	Holding	Brasil Ilhas Virgens	-	-	100%	98,80%
Infinity Trading Limited (i)	Holding	Britânicas	-	-	100%	98,80%
Alium Participações S.A.(ii)	Holding	Brasil	-	-	-	49,40%
Outras companhias						
BRIO Investimentos Imobiliários S.A.	Gestão e administração da propriedade imobiliária					
FIP GJ Real State (Nota 13)	Fundo de investimento	Brasil	40,00%	40,00%	-	-
EDSP66 (Nota 25) (i)	Participação societária	Brasil	-	69,46%	-	15,09%
FIP BRIO Real State	Fundo de investimento	Brasil	69,46%	-	15,27%	-
Alium Participações S.A.(ii)	Holding	Brasil	44,44%	44,44%	-	-
Anwold Malls Corporation ("Anwold") (i) (iii)	Holding	Brasil	50%	-	-	-
			-	-	-	50,77%

(i) Controladas diretas e indiretas que são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial e apresentadas na rubrica de Investimentos nas Demonstrações Financeiras Individuais

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(“controladora”). Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas tais controladas estão devidamente consolidadas.

- (ii) Negócios controlados em conjunto direta e indiretamente pela Companhia, mensurados pelo método de equivalência patrimonial não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2017 houve o encerramento das operações da controlada indireta Anwold Malls Corporation.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de elaboração e declaração de conformidade

Declaração de conformidade

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreendem:

As Demonstrações Financeiras Individuais, identificadas como “Controladora” e “Consolidadas” foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, o Grupo apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, devido a reapresentação do balanço patrimonial decorrente de determinadas reclassificações. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2016 é apresentado nessas Demonstrações Financeiras Consolidadas devido à correção descrita na Nota 2(d) Retificação de erros.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas Demonstrações Financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para arquivamento em 14 de março de 2018.

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação das controladas pelo método integral

As Demonstrações Financeiras Consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2017. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação a investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- Direitos originados de acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é remensurado a valor justo.

Combinação de negócios

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para o investimento que se beneficia da sinergia da combinação.

Ágio é submetido anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Reconhecimento de receita e apuração do resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a receita. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. A receita de aluguéis é reconhecida com base na fruição dos contratos e a receita de serviços é reconhecida quando da efetiva prestação de serviços, independentemente do faturamento. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos. As receitas de cessões de direitos a lojistas são diferidas e apropriadas ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel. A receita na alienação de imóveis é reconhecida por competência e classificada como outras receitas e despesas operacionais, por não se tratar de resultados recorrentes.

Arrendamentos mercantis operacionais

Arrendamentos mercantis para os quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros do Grupo incluem principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outras contas a receber e demais ativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo possui instrumentos financeiros que se enquadram como: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e contas a receber.

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos ou uma reclassificação do ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que o Grupo amortizasse, dos dois o menor.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o Grupo inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se o Grupo concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para o Grupo. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

c) Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como custo amortizado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem, principalmente contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e demais obrigações.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos e para fins de divulgação, as propriedades para investimento a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo, ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. O Grupo utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras a valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. O Grupo determinou as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo das propriedades para investimento, o qual foi elaborado internamente com base no conhecimento, informações de desempenho do mercado e expertise no segmento de shopping centers. Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Caixa, equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Estoques

Os estoques se referem a mercadorias decorrente da operação de varejo do Grupo e são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisições. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda.

Investimentos (Controladora)

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras individuais. Os investimentos em sociedades em que a Administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte do mesmo grupo que estejam sob controle comum, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Investimentos em empresas controladas em conjunto (“joint ventures”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual a companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os investimentos em conjunto são registrados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controle compartilhado foi adquirido, e não são consolidados.

Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear e incluindo custos da transação. O valor contábil inclui os custos de empréstimos, custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são mantidas a valor de custo, mas tendo divulgado o respectivo valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Anualmente, a Iguatemi revisa a vida útil e o valor residual das suas propriedades para investimento.

Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base nas taxas divulgadas na Nota 14.

Intangível

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e são submetidos a teste anual de perda de seu valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são também submetidos a teste de “impairment” para análise do seu valor recuperável (Nota 15). A recuperação do saldo contábil é testada anualmente, ou em decorrência de eventos ou circunstâncias que representem indicadores de perda de valor. Para fins do teste de recuperação, os ágios são alocados à unidade geradora de caixa da forma como são monitorados pela Administração. O valor recuperável é determinado com base em modelos econômicos de avaliação, que incluem o fluxo de caixa futuro descontado e a análise de dados de mercado comparáveis.

Impostos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, o qual a base de apuração do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços, 8% sobre venda de mercadoria (12% para contribuição social) e de 100% das receitas financeiras e outras receitas, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, nem estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Patrimônio líquido

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média mensal das ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Para os riscos trabalhistas, as provisões consideram a opinião e os valores informados pelos assessores jurídicos, de acordo com o percentual definido pela Administração através do histórico de liquidação de processos de mesma natureza ocorridos nos últimos 12 meses. A avaliação da probabilidade de perda também inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

Transações que envolvem pagamento em ações

A Iguatemi oferece a seus empregados planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações, segundo os quais a Iguatemi recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações. O valor das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Iguatemi revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de cada investida incluída na consolidação são preparadas usando-se a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que ela opera) de cada investida. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da controladora e todas a suas subsidiárias.

Tradução das demonstrações financeiras de subsidiárias no exterior

As controladas localizadas no exterior Infinity Trading limited e Anwold Malls Corporation não possuem corpo gerencial próprio, tampouco independência administrativa, financeira e operacional. Portanto, os saldos dos seus ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas: (i) as contas do patrimônio líquido são convertidas pela taxa histórica do câmbio; e (ii) as contas de resultado (receitas e despesas) são convertidas pela taxa média mensal do câmbio, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos da variação cambial são registrados no Patrimônio líquido.

Moeda estrangeira

Na elaboração das Demonstrações Financeiras (individuais e consolidadas) da Companhia, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício contábil, os itens monetários em moeda estrangeira

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

são convertidos pelas taxas vigentes. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e premissas

Na elaboração demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Demonstrações Financeiras do Grupo incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado e das propriedades para investimento, às provisões necessárias para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, às determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social, provisão para crédito de liquidação duvidosa, valor justo das propriedades para investimento para fins de divulgação e a outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas:

Mensuração a valor justo de propriedades para investimento para fins de divulgação

Os valores justos são baseados nos valores de mercado, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado, conforme as definições estabelecidas no IFRS 13 para avaliações de nível 3. Para a mensuração do valor justo das Propriedades para investimento para fins de divulgação, o Grupo considerou a metodologia de fluxos de caixa descontados a valor presente. Por essa metodologia é projetado à receita de aluguel atual, com base no desempenho atual e projeção, por um período de 10 anos, considerando taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade definida pela legislação incidente sobre os contratos de locação. Para os casos em que o aluguel atual é superior ou inferior ao de mercado, são consideradas as revisões a mercado, nas datas de revisionais de cada contrato. Além disso, no caso de haver cobrança de aluguel percentual, as projeções consideram a maior entre as receitas auferidas. Para refletir a perpetuidade das operações, ao final do 10º ano, a receita é capitalizada, sendo que o fluxo de receitas e o valor da perpetuidade são então trazidos a valor presente com taxas de desconto adequadas à percepção de risco do mercado, levando em conta o risco/desempenho provável de cada cenário. Para efeitos de análise, é considerada a continuidade dos contratos vigentes, havendo renovação automática dos mesmos e foram consideradas perdas de receita por inadimplência. Propriedade para investimento em construção é avaliada pela estimativa do valor justo do investimento completo e deduzida do montante estimado dos custos para completar a construção, custo dos financiamentos e uma razoável margem de lucro. As principais premissas adotadas para determinar o valor justo da propriedade para investimento estão detalhadas na Nota 13 (d).

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos e diferenças temporárias. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Esses prejuízos se referem ao Grupo e não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Notas 8 e 11.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis

Seguem as novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis que foram emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
CPC 47 - Receitas de contratos com clientes	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 15 – sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 – Investimento em Coligada	Alterações que abordam o conflito no tratamento das vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 16. Refere-se à definição e a orientação do contrato	Exercícios anuais iniciados a partir de

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	de arrendamento previsto no IAS 17.	1º de janeiro de 2019.
IFRS 2 – Pagamento baseado em ações	Alterações na mensuração de transações com pagamento baseado em ações.	O IASB adiou indefinidamente a data de vigência.

O Grupo pretende adotar as novas normas e/ou alterações na data de vigência requerida com base no método aplicável a cada pronunciamento podendo ser sua apresentação de forma retrospectiva ou prospectiva. Na avaliação preliminar do Grupo não se espera que essas modificações possam ter um impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, principalmente no que se refere ao reconhecimento de receita, uma vez que a Iguatemi já adota práticas cujos efeitos contábeis estariam muito próximos àqueles requeridos pelo CPC 06 (R2), bem como para o reconhecimento de receita para a Iguatemi, conforme CPC 47, quando aplicável. Adicionalmente, em relação ao CPC 48, também na avaliação preliminar do Grupo não se espera que essas modificações possam ter um impacto significativo sobre os seus instrumentos financeiros. Não há outros pronunciamentos ou interpretações de IFRS/CPCs que ainda não entraram em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras que poderiam ter um impacto significativo sobre essas Demonstrações Financeiras da Companhia.

(d) Retificação de erros

Durante o exercício de 2017, a Iguatemi identificou que as aplicações financeiras compromissadas e os tributos ativos e passivos diferidos foram indevidamente apresentados nas suas demonstrações financeiras desde o exercício findo em 2015. Conseqüentemente, as aplicações financeiras, ativos e passivos diferidos foram apresentadas em segregação contábil erroneamente. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados, conforme as exigências determinadas no CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1).

A tabela a seguir resume os impactos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia:

Nota	Saldo em 31/12/2016		Saldo reapresentados em 31/12/2016 após ajuste	Saldo em 01/01/2016		Saldo reapresentados em 01/01/2016 após ajuste	
	Saldos em 31/12/2016	Ajuste		Saldos em 01/01/2016	Ajuste		
Ativo							
Circulante							
	9	464.868	(33.059)	431.809	528.890	(6.643)	522.247
		386.442	-	386.442	370.723	-	370.723
Total do ativo circulante		851.310	(33.059)	818.251	899.613	(6.643)	892.970
Não circulante							
	9	6.453	33.059	39.512	54.632	6.643	61.275
	11	129.667	(104.740)	24.927	91.305	(68.672)	22.633
	11	-	25.040	25.040	-	14.779	14.779
		4.416.314	-	4.416.314	4.396.156	-	4.396.156
Total do ativo não circulante		4.552.434	(46.641)	4.505.793	4.542.093	(47.250)	4.494.843
Total do ativo		5.403.744	(79.700)	5.324.044	5.441.706	(53.893)	5.387.813
Passivo e patrimônio líquido							
Total do passivo circulante		459.815	-	459.815	576.594	-	576.594
Não circulante							
	11	104.299	(79.700)	24.599	88.696	(53.893)	34.803
		2.055.646	-	2.055.646	2.031.038	-	2.031.038

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total do passivo não circulante	2.159.945	(79.700)	2.080.245	2.119.734	(53.893)	2.065.841
Patrimônio líquido	2.783.984	-	2.783.984	2.745.378	-	2.745.378
Total do passivo e patrimônio líquido	5.403.744	(79.700)	5.324.044	5.441.706	(53.893)	5.387.813

- (i) Aplicações financeiras: os valores das aplicações financeiras compromissadas e de letras financeiras foram reclassificados para o ativo não circulante, por tratar-se de garantias de empréstimo na modalidade de Certificado de Recebível Imobiliário (CRI). Estes montantes estavam indevidamente classificados no ativo circulante.
- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos: os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos foram reclassificados pois atendem os critérios de compensação de acordo com o parágrafo 74 do CPC 32 – Tributos sobre o lucro (IAS 12).

Por fim, destacamos que as respectivas reclassificações não afetaram os resultados consolidados dos exercícios da Companhia, consequentemente as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, do resultado, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e do valor adicionado não estão sendo reapresentados.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Os principais instrumentos financeiros do Grupo foram classificados conforme as seguintes categorias:

	2017				Consolidado 2016			
	Valor justo através do resultado	Títulos mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Títulos mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo								
Aplicações financeiras (Nota 9 (b))	428.773	36.589	-	465.362	434.945	33.059	-	468.004
Fundo de investimento em ações (Nota 9 (b))	1.298	-	-	1.298	3.317	-	-	3.317
Contas a receber (Nota 10)	-	-	229.690	229.690	-	-	239.165	239.165
Debêntures a receber, líquidas de provisão (i) (Nota 9(b))	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a receber (Nota 22(a))	-	-	2.516	2.516	-	-	2.516	2.516
Créditos com partes relacionadas (Nota 22(a))	-	-	102.478	102.478	-	-	121.565	121.565
Demais ativos	-	-	12.779	12.779	-	-	28.467	28.467
Total	430.071	36.589	347.463	814.123	438.262	33.059	391.713	863.034

	2017		Consolidado 2016	
	Passivos ao custo amortizável	Total	Passivos ao custo amortizável	Total
Passivos				
Salários e encargos sociais e benefícios	26.167	26.167	29.500	29.500
Fornecedores	22.386	22.386	11.759	11.759
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	2.185.048	2.185.048	2.364.805	2.364.805
Dividendos a pagar (Nota 22(a))	43.649	43.649	27.093	27.093
Redução de capital a pagar (Notas 20 e 22)	122	122	313	313
Programa de refinanciamento fiscal	3.982	3.982	2.617	2.617
Demais obrigações	19.769	19.769	38.461	38.461
Total	2.301.123	2.301.123	2.474.548	2.474.548

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O valor nominal das debêntures é de R\$24.535. Na data destas Demonstrações Financeiras, a Nanak manteve a provisão para perda do valor das Debêntures a receber da LIQ Participações S.A., anteriormente constituída, em sua totalidade, devido as incertezas relacionadas a realização deste crédito.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores de mercado do caixa e equivalentes de caixa estão registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI e pelos prazos de vencimento. Os empréstimos e financiamentos, assim como as debêntures, são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado na data base das Demonstrações Financeiras e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”.

Estima-se que os saldos de aluguéis e outras contas a receber e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

O Grupo aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo demonstra a hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

	Hierarquia do valor justo	Valor justo			
		Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	Nível 2	16	17	52.785	16.376
Aplicações financeiras	Nível 2	5.638	38.325	465.362	631.647
Ações de companhias fechadas	Nível 3	-	-	-	6.453
Ações (i)	Nível 1	-	-	1.298	3.317
Total dos Ativos		5.654	38.342	519.445	657.793
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	92.612	124.759	577.924	864.786
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI	Nível 2	-	-	970.581	694.770
Debêntures	Nível 2	-	-	636.543	805.249
Total dos Passivos		92.612	124.759	2.185.048	2.364.805

- (i) Refere-se as ações da LIQ Participações S.A. (CTAX3), recebidas com a liquidação e partilha de bens da CTX (Nota 1).

Administração do risco financeiro

A Companhia, como holding, com exceção ao risco de taxa de juros, não sofre impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos e do câmbio no seu resultado operacional, no entanto, é afetada pelos efeitos destas variações nos resultados de suas principais controladas diretas e indiretas consolidadas nas suas Demonstrações Financeiras.

As controladas diretas e indiretas consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração de cada controlada.

(a) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos para o Grupo, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos financeiros estão assim representados no balanço:

	2017		Controladora 2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Aplicações financeiras	5.638	5.638	38.325	38.325
	5.638	5.638	38.325	38.325

	2017		Consolidado 2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Equivalentes de caixa (i)	-	-	170.096	170.096
Aplicações financeiras (i)	465.362	465.362	461.551	461.551
	465.362	465.362	631.647	631.647

(i) Os saldos não consideram análise de nível de stress.

Passivos financeiros

O Grupo possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, IPCA e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais.

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

O Grupo considera que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado ao IPCA, à TJLP e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração estimou cenários de variação nas taxas IPCA, CDI e TJLP. No caso da TR, foi mantido a taxa de 2%, tendo em vista que a sua

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

variação é inexpressiva. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

2017								
Cenários de taxas de juros								
Aumento da taxa								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	IPCA*	CDI	TJLP	IPCA	CDI	TJLP	IPCA
6,89%	6,75%	2,94%	8,61%	8,44%	3,68%	10,34%	10,13%	4,41%
Redução da taxa								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	IPCA*	CDI	TJLP	IPCA	CDI	TJLP	IPCA
6,89%	6,75%	2,94%	5,17%	8,44%	3,68%	3,45%	10,13%	4,41%

* taxa acumulada dos últimos 12 meses

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao IPCA, CDI, TJLP, e à TR com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito do Grupo inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Consolidado						
2017						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
<i>Cenário Provável</i>						
Dívidas em CDI	Manutenção do CDI	106.004	155.632	110.598	148.775	521.009
Dívidas em TR	Manutenção do TR	21.980	42.754	35.742	70.061	170.537
Dívidas em IPCA	Manutenção do IPCA	2.852	6.120	77.332	-	86.304

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total vinculado a taxas de juros		130.836	204.506	223.672	218.836	777.850
<i>Cenário Possível >25%</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	125.560	182.503	126.031	174.749	608.843
Dívidas em TR	Alta do TR	21.980	42.756	35.747	70.091	170.574
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	2.854	6.191	79.128	-	88.173
Total vinculado a taxas de juros		150.394	231.450	240.906	244.840	867.590
<i>Cenário Remoto > 50%</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	144.917	209.268	141.336	200.403	695.924
Dívidas em TR	Alta do TR	21.980	42.758	35.751	70.120	170.609
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	2.855	6.263	80.965	-	90.083
Total vinculado a taxas de juros		169.752	258.289	258.052	270.523	956.616
<i>Cenário Possível <25%</i>						
Dívidas em CDI	Redução do CDI	85.852	128.654	95.041	122.474	432.021
Dívidas em TR	Redução do TR	21.980	42.751	35.738	70.032	170.501
Dívidas em IPCA	Redução do IPCA	2.850	6.049	75.576	-	84.475
Total vinculado a taxas de juros		110.682	177.454	206.355	192.506	686.997
<i>Cenário Remoto <50%</i>						
Dívidas em CDI	Redução do CDI	66.005	101.558	79.351	95.830	342.744
Dívidas em TR	Redução do TR	21.980	42.749	35.733	70.003	170.465
Dívidas em IPCA	Redução do IPCA	2.849	5.980	73.858	-	82.687
Total vinculado a taxas de juros		90.834	150.287	188.942	165.833	595.896
<i>Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros</i>						
Cenário Possível – Cenário Provável >25%		19.558	26.944	17.234	26.004	89.740
CDI	Alta do CDI	19.556	26.871	15.433	25.974	87.834
TR	Alta do TR	-	2	5	30	37
IPCA	Alta do IPCA	2	71	1.796	-	1.869
Cenário Remoto - Cenário Provável >50%		38.916	53.783	34.380	51.687	178.766
CDI	Alta do CDI	38.913	53.636	30.738	51.628	174.915
TR	Alta do TR	-	4	9	59	72
IPCA	Alta do IPCA	3	143	3.633	-	3.779
Cenário Possível – Cenário Provável <50%		(20.154)	(27.052)	(17.317)	(26.330)	(90.853)
CDI	Redução do CDI	(20.152)	(26.978)	(15.557)	(26.301)	(88.988)
TR	Redução do TR	-	(3)	(4)	(29)	(36)
IPCA	Redução do IPCA	(2)	(71)	(1.756)	-	(1.829)
Cenário Remoto - Cenário Provável <50%		(40.002)	(54.219)	(34.730)	(53.003)	(181.954)
CDI	Redução do CDI	(39.999)	(54.074)	(31.247)	(52.945)	(178.265)

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

TR	Redução do TR	-	(5)	(9)	(58)	(72)
IPCA	Redução do IPCA	(3)	(140)	(3.474)	-	(3.617)

CRI

Fator de risco	Instrumento financeiro	Risco	Cenário				
			Provável	Possível > 25%	Remoto > 50%	Possível < 25%	Remoto < 50%
Itaú	"Swap" de taxa de juros	Aumento da taxa do CDI	45.580	39.404	33.603	50.813	54.457

Conforme mencionado na Nota 16, a Iguatemi celebrou contrato de CCB no montante de R\$150.000, com juros de 4% a.a., mais atualização monetária com base no IPCA, contudo, no dia 18 de julho de 2013, a Iguatemi celebrou contrato de operação de swap de fluxo de caixa com o Banco Itaú BBA S.A., com o objetivo de reduzir o risco de oscilação do indexador da dívida do CRI. O contrato de swap prevê que a Iguatemi seja obrigada a pagar 92,5% do CDI (ponta passiva) e a receber 4% a.a. + IPCA (ponta ativa). No consolidado, a dívida é apresentada pelo seu valor líquido do contrato de swap de fluxo de caixa, por entender que ambos os contratos são indissociáveis e representam financeiramente e economicamente a melhor forma de avaliar e apresentar a posição líquida da dívida. Em 31 de dezembro de 2017, o valor da dívida do CRI pelo custo amortizado é de R\$201.313, o custo de transação líquido é de R\$5.097 e o valor do instrumento financeiro derivativo (swap) é de R\$45.580.

(b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra. É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, ou (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou devido aos custos de recuperação.

Os riscos de crédito da Companhia estão substancialmente associados aos riscos de crédito de suas controladas que representam o segmento de negócios nos quais a Companhia concentra seus investimentos.

A Iguatemi e suas controladas consideram para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses do custo de ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção multiplicados por 12), as garantias aceitas (imóvel, carta fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios; fiadores; caucionantes) e a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

(c) Risco de liquidez

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de liquidez é o risco de que a entidade enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidadas pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

A principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de dividendos oriundo dos resultados de suas controladas. Desta forma o risco de liquidez da Companhia está associado a capacidade de liquidez de suas controladas, principalmente na capacidade de pagar dividendos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Iguatemi pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez para assegurar que a Iguatemi tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

(d) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida do Grupo poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode prejudicar os planos de investimentos e a lucratividade da Companhia.

Os riscos de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros e não financeiros atrelados às dívidas estão detalhados na Nota 16, na seção “*Covenants*” para as controladas diretas e indiretas consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

(e) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25/IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação.

(f) Gestão de capital

A Companhia, como empresa de participação no capital de outras sociedades, administra sua estrutura de capital de acordo com as melhores práticas de mercado buscando o equilíbrio ótimo entre o endividamento financeiro e capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros).

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do Grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Aluguéis	-	-	551.553	520.277
Estacionamento	-	-	147.903	142.049
Prestação de serviços	2.926	2.507	60.961	53.137
Outros (*)	-	-	46.546	54.626
Receita bruta de vendas e/ ou serviços	2.926	2.507	806.963	770.089
Deduções da receita bruta				
Impostos e contribuições	(416)	(356)	(57.841)	(53.604)
Outras deduções	-	-	(55.887)	(47.775)
	(416)	(356)	(113.728)	(101.379)
Receita de vendas e/ ou serviços	2.510	2.151	693.235	668.710

(*) O valor da linha de outros, refere-se substancialmente a apropriação da receita diferida, oriunda da amortização dos recursos recebidos pela cessão de direitos.

5. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

Despesas por natureza	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Depreciação e amortização	(1)	(1)	(106.404)	(108.392)
Pessoal	(11.268)	(9.130)	(75.661)	(69.314)
Estacionamento	-	-	(29.073)	(38.445)
Serviços de terceiros	(928)	(835)	(19.388)	(17.603)
Fundo de promoção	-	-	(2.767)	(6.071)
Remuneração baseada em ações	-	-	(66)	(1.391)
Outros custos e despesas	(7.534)	(8.482)	(70.150)	(59.421)
	(19.731)	(18.448)	(303.509)	(300.637)

Classificadas como:	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(198)	(309)	(212.303)	(208.423)
Despesas gerais e administrativas	(19.533)	(18.139)	(91.206)	(92.214)
	(19.731)	(18.448)	(303.509)	(300.637)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita na revenda de pontos	-	-	21.599	10.813
Taxas e multa contratuais	-	-	6.591	11.880
Ganho, líquido na participação de investimentos	-	-	729	-
Resultado na alienação de ativo permanente (i)	450	16.931	450	37.271
Ganho, líquido de reversão, em processos judiciais	183	-	183	-
Dividendos prescritos	-	-	156	-
Reclassificação ajustes reflexos dos investimentos	-	-	-	1.450

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras receitas	12	12	3.483	10.667
	645	16.943	33.191	72.081

	Controladora		Consolidado	
Outras despesas operacionais	2017	2016	2017	2016
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 10)	-	-	(7.363)	(12.612)
Provisão para perda no valor recuperável (Nota 18) (ii)	(6.598)	-	(6.598)	(21.834)
Programa de Refinanciamento Fiscal	(249)	-	(2.120)	-
Provisões para perdas em processos judiciais	-	-	(1.293)	-
Provisão e baixa de investimentos e outros ativos	-	-	(536)	(93)
Tributos	-	-	(238)	(264)
Perda, líquida de reversão, em processos judiciais	-	(300)	(114)	(1.115)
Amortização de intangível - concessão	-	-	-	(24.843)
Outras despesas	(27)	(35)	(1.151)	(1.363)
	(6.874)	(335)	(19.413)	(62.124)

(i) Em 31 de dezembro de 2016, refere-se ao resultado da venda das ações da Iguatemi, realizadas pela Companhia e pela sua controlada JPSP.

(ii) Em 31 de dezembro de 2016, no consolidado, refere-se à provisão para perda das debêntures a receber da LIQ Participações S.A. no montante de R\$21.834, registrado pela controlada JPSP.

(iii) Em 31 de dezembro de 2016, no consolidado, inclui a baixa efetiva do ágio sobre o investimento da CTX no montante de R\$23.611.

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	2017	2016	2017	2016
Rendimentos de aplicações financeiras	4.525	4.579	45.075	67.799
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	1.143	1.795	11.028	21.519
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	-	-	8.102	11.430
Atualização monetária de depósitos judiciais	79	70	690	172
Dividendos recebidos	11	-	99	-
Atualização monetária de provisões	90	-	90	-
Outras receitas	17	-	135	135
	5.865	6.444	65.219	101.055

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	2017	2016	2017	2016
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(14.087)	(19.389)	(155.855)	(169.483)
Juros sobre debêntures	-	-	(65.274)	(120.573)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(534)	(941)	(4.241)	(5.566)
Perda com ativos financeiros a valor justo (i)	-	-	(2.019)	(12.071)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados e refinanciamento fiscal	-	(48)	(511)	(414)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	-	-	(35)	(3.529)
Atualização monetária de provisões	-	(62)	-	(62)
Outras despesas	(141)	(206)	(15.599)	(15.100)
	(14.762)	(20.646)	(243.534)	(326.798)

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(8.897) (14.202) (178.315) (225.743)

(i) Em 31 de dezembro de 2017, refere-se às ações da LIQ Participações S.A. (CTAX3), recebidas com a liquidação e partilha de bens da CTX (Nota 1). Em 31 de dezembro de 2016, refere-se a variação das ações da Oi detidas pela Nanak (anteriormente detidas pelo FIA Caravelas) e JPSP.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda (“IR”) é de 25% e a alíquota para contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Tributos correntes	-	(47.911)	(58.785)
Tributos diferidos	351	7.884	13.315
Total	351	(40.027)	(45.470)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado antes dos impostos e das participações	76.550	21.564	225.333	135.971
Resultado das empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(117.100)	(102.206)
Total do resultado tributável	76.550	21.564	108.233	33.765
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (15%+10%+9%)	(26.027)	(7.332)	(36.799)	(11.480)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (i)	(2.186)	(2.529)	8.981	(16.105)
Efeito tributário sobre exclusões (adições) temporárias (ii)	(2.210)	1.212	(6.995)	(6.919)
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial	37.025	12.055	50	(5.505)
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)	(6.602)	(3.406)	(7.859)	(5.564)
Compensação de prejuízos fiscais sem ativo diferido constituído (Nota 17)	351	-	3.518	-
IR e CSLL de períodos anteriores	-	-	13	-
Outros	-	-	(936)	103
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração do resultado	351	-	(40.027)	(45.470)

(i) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes, quando aplicável, são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio, provisões indedutíveis e reversões de provisões.

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Referem-se a efeitos de exclusões e adições temporárias para as quais não são constituídos créditos diferidos por conta de falta de expectativa de realização.
- (iii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência da Companhia e determinadas controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa (Nota 11).

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pelo Grupo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa e títulos mantidos até o vencimento e são mensuradas pelos seus respectivos valores justos.

A administração efetua a gestão de caixa do Grupo por meio de fundos de investimentos, com base na expectativa de utilização dos seus recursos para o desenvolvimento dos projetos previstos, sendo que é garantido resgate imediato dos recursos nos fundos, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	16	17	52.785	16.376
Equivalentes de caixa (i)	-	-	-	170.096
Total	16	17	52.785	186.472

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016 Reapresentado
Fundos de investimentos (ii)	5.638	38.325	428.773	392.870
Aplicações financeiras compromissadas (v)	-	-	30.496	27.517
Letras Financeiras (iv)	-	-	6.093	5.542
Ações (iii)	-	-	1.298	3.317
CDB – Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	35.613
Ações de companhias fechadas	-	-	-	6.453
Títulos públicos	-	-	-	9
Aplicações financeiras	5.638	38.325	466.660	471.321
Circulante	5.638	38.325	430.071	431.809
Não circulante	-	-	36.589	39.512

- (i) Referem-se a Fundos de investimentos.
- (ii) Os fundos de investimentos são compostos substancialmente por fundos de renda fixa, com liquidez diária e rendimentos acumulados de 9,94 % para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (2016 – 14,21%).

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Refere-se as ações da LIQ Participações S.A. (CTAX3).
- (iv) Em 31 de dezembro de 2017, as letras financeiras da instituição financeira Banco Santander S.A., classificadas como títulos mantidos até o vencimento em função de sua característica, tem por objetivo a garantia do empréstimo celebrado entre a CSC 41 Participações Ltda e o Banco Santander em 31 de janeiro de 2013 cujo montante em 31 de dezembro de 2017 é de R\$98.828 (Nota 16(a)). Em 31 de dezembro de 2017, a Iguatemi possui intenção e capacidade financeira de manter o título até o seu vencimento.
- (v) As aplicações financeiras compromissadas da instituição financeira Itaú Unibanco S.A., classificadas como títulos mantidos até o vencimento, tem por objetivo a garantia de um empréstimo na modalidade de Certificado de Recebível Imobiliário (“CRI”) com vencimentos em 19 de junho de 2023 e 17 de setembro de 2025, firmado entre a Iguatemi e os bancos Banco BTG Pactual S/A (Coordenador Líder) e Banco Bradesco BBI S/A (Coordenadores ou Sindicato), cujos saldos em 31 de dezembro de 2017 montam de R\$480.360 (Nota 16(a)). Em 31 de dezembro de 2017, a Iguatemi possui a intenção e capacidade financeira de manter o título até o seu vencimento.

10. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2017	2016
Aluguéis a receber	166.763	145.737
Venda de imóveis (i)	93.293	112.026
Co-participação a receber (ii)	9.706	15.324
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.072)	(33.922)
Total	229.690	239.165
Circulante	151.991	154.497
Não circulante	77.699	84.668

- (i) Representadas substancialmente por vendas de imóveis para desenvolvimento de empreendimentos imobiliários por parte dos incorporadores compradores. Os recebimentos ocorrerão por meio das transferências de recursos financeiros relacionadas as unidades vendidas (“operação de permuta financeira”), conforme previsto em contrato. Anualmente, a Iguatemi remensura subsequentemente este ativo financeiro a valor justo, o qual está suportado pelos estudos de viabilidade dos empreendimentos lançados, ou a serem lançados nas suas respectivas regiões. Adicionalmente, destacamos que esses ativos financeiros são mensalmente atualizados com base nos índices INCC/FGV e/ou IGP-M/FGV
- (ii) Representa substancialmente saldos a receber pelo direito de uso do espaço imobiliário. As coparticipações são faturadas de acordo com contratos e reconhecidas no resultado em função do prazo do aluguel contratado, conforme Nota 2 (Instrumentos Financeiros).

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
A vencer de 721 a 1440 dias	59.978	64.192
A vencer de 361 a 720 dias	17.721	20.476
A vencer até 360 dias	138.691	144.174
Vencidas até 30 dias	4.430	4.487
Vencidas de 31 a 60 dias	2.245	2.860

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencidas de 61 a 90 dias	1.132	1.414
Vencidas de 91 a 120 dias	1.772	1.357
Vencidas de 121 a 360 dias	10.024	11.533
Vencidas há mais de 360 dias	33.769	22.594
Total	269.762	273.087

A Iguatemi e suas controladas constituem provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para títulos vencidos e a vencer, cujos clientes possuem valores em atraso com prazos superiores a 360 dias. Os saldos vencidos demonstrados no quadro acima, sobre os quais não foi constituída provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, tratam-se de títulos que foram renegociados, cujos clientes encontram-se adimplentes. O aging list reflete a data original de cada título, não havendo alteração das datas originais dos títulos vencidos, que foram renegociados.

O saldo da rubrica “Contas a receber” inclui valores vencidos no fim do período do relatório, para os quais a Iguatemi e suas controladas não constituem provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, uma vez que os valores ainda são considerados recuperáveis pela Iguatemi e suas controladas.

O saldo da rubrica “Contas a receber” foi classificado na categoria de ativos financeiros “empréstimos e recebíveis” e, portanto, foi mensurado de acordo com o descrito na Nota 2.

Abaixo a composição por vencimento dos títulos, que não formam a base para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado			
	2017	%	2016	%
A vencer	214.832	93,5%	226.295	94,6%
Vencidas até 30 dias	4.169	1,8%	4.075	1,7%
Vencidas de 31 a 60 dias	1.964	0,9%	2.363	1,0%
Vencidas de 61 a 90 dias	948	0,4%	1.161	0,5%
Vencidas de 91 a 120 dias	1.445	0,6%	863	0,4%
Vencidas de 121 a 360 dias	6.332	2,8%	4.408	1,8%
Total	229.690	100%	239.165	100%

Com base na avaliação dos riscos de créditos a receber, a Iguatemi considera que para os títulos mencionados anteriormente, não são esperadas eventuais perdas.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes consolidada são as seguintes:

	Consolidado
	2017
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(25.255)
Constituições/ reversões de provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.612)
Recuperação (baixa) de créditos incobráveis	3.945
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(33.922)
Constituições/ reversões de provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.363)
Recuperação (baixa) de créditos incobráveis	1.213
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(40.072)

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para determinar a recuperação do contas a receber, a Iguatemi e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até a data do encerramento do exercício.

A composição por idade de vencimentos dos valores incluídos nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
A vencer	1.558	2.547
Vencidas até 30 dias	261	412
Vencidas de 31 a 60 dias	281	497
Vencidas de 61 a 90 dias	184	253
Vencidas de 91 a 120 dias	327	494
Vencidas de 121 a 360 dias	3.692	7.125
Vencidas há mais de 360 dias	33.769	22.594
Total	40.072	33.922

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	2017	2016	2017	2016
Tributos correntes a recuperar				
Impostos retidos na fonte (IR/CSLL) (i)	1.194	927	3.352	3.089
Antecipação de Imposto de Renda (i)	-	-	50	317
Antecipação de CSLL (i)	-	-	273	73
Impostos a recuperar (iii)	-	-	28.571	13.651
Outros tributos correntes	-	-	7.396	7.548
	1.194	927	39.642	24.678
Tributos diferidos e a recuperar				
IR e CSLL diferidos, líquidos (ii)	-	-	-	25.040
Impostos a recuperar (iii)	19.667	18.485	26.714	24.927
	19.667	18.485	26.714	49.967
Circulante	1.194	927	39.642	24.678
Não circulante	19.667	18.485	26.714	49.967

	Controladora		Consolidado	
	Passivo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
Tributos correntes a recolher				
Imposto de Renda e CSLL a pagar	-	-	11.496	12.400
Outros	84	106	7.980	7.539
Circulante	84	106	19.476	19.939

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tributos diferidos

IR/CSLL diferidos, líquidos (ii)	-	-	6.257	-
IR/CSLL diferido sobre receita diferida (iv)	-	-	5.359	24.599
Não circulante	-	-	11.616	24.599

- (i) Referem-se principalmente às antecipações de Impostos de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) A Iguatemi registrou a totalidade dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias relacionadas às provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, conforme demonstrado a seguir. A perspectiva de realização do saldo pela Iguatemi é de até 7 anos.

	Consolidado	
	2017	2016
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	94.045	93.229
Adições temporárias	4.429	11.511
Impostos diferidos - ativo	98.474	104.740
Diferenças temporárias	(104.731)	(79.700)
Impostos diferidos - passivo	(104.731)	(79.700)
Impostos diferidos líquido	(6.257)	25.040
Impostos diferidos - Balanço Patrimonial Ativo	-	25.040
Impostos diferidos - Balanço Patrimonial Passivo	6.257	-
Impostos diferidos líquido	6.257	25.040

Adicionalmente, para a Companhia e controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2017, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. A Companhia possui créditos não constituídos, oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não reconhecidos contabilmente, a serem compensados com lucros tributários futuros no montante de R\$54.790 (2016 - R\$48.544). Os créditos não reconhecidos contabilmente pelas controladas da Companhia, JPSP e Nanak, totalizam R\$40.175 (2016 – R\$42.085).

- (iii) Referem-se substancialmente, a antecipações de IR e CSLL realizadas em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais devidos e ou restituídos. Adicionalmente os saldos são atualizados mensalmente pela Selic.
- (iv) Os valores são apurados com base na receita diferida da controlada Iguatemi, que representam os recursos recebidos pela cessão de direitos (estrutura técnica) dos shoppings, que serão reconhecidas no resultado linearmente.

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pelo Grupo, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível e remota.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Tributários	2	2	3.427	3.402
Trabalhistas	1.096	1.022	1.305	1.501
Cíveis	-	-	188	154
Total não circulante	1.098	1.024	4.920	5.057

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

13. INVESTIMENTOS (inclui Propriedades para investimento)

(a) Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Participações avaliadas por equivalência patrimonial	1.497.753	1.468.620	31.319	26.477
Outros investimentos	978	978	15.415	14.896
Subtotal	1.498.731	1.469.598	46.734	41.373
Propriedades para investimento	-	-	4.066.710	4.022.889
Total	1.498.731	1.469.598	4.113.444	4.064.262

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Controladora	Consolidado
	Iguatemi	JPSP	BRIO	FIP GJ	FIP BRIO	Outros	Total
Subtotal em 1º janeiro de 2016	1.352.044	109.348	554	4.020	22.871	-	1.488.837
Outras participações societárias	-	-	-	-	-	977	977
Ágio em investimentos - Mais Valia ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-
Ágio advindo da incorporação de acervo líquido ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-
Total em 1º janeiro de 2016	1.352.044	109.348	554	4.020	22.871	977	1.489.814
Aumento de capital	-	-	-	540	-	-	540
Aumento de participação em investimento	-	15.892	-	-	-	-	15.892
Redução de capital em investimentos (Nota 1)	-	(25.789)	-	-	-	-	(25.789)
Dividendos de controladas	(27.010)	-	-	-	-	-	(27.010)
Resultado de equivalência patrimonial ⁽²⁾	82.807	(46.532)	(281)	(85)	(578)	124	35.455
Reserva reflexa de remuneração baseada em ações	(3.104)	(323)	-	-	-	-	(3.427)
Equivalência reflexa sobre o lucro acumulados de controladas	-	(759)	-	-	-	-	(759)
Varição de ações em tesouraria reflexa	2.682	1.679	-	-	-	-	4.361
Ajuste variação cambial reflexa	-	2.923	-	-	-	-	2.923
Transações de capital	-	(1.169)	-	-	-	-	(1.169)
Ajuste de variação de conversão	-	(2.263)	-	-	-	-	(2.263)
Varição de participação de investimentos	(1.470)	(2)	-	-	-	-	(1.472)
Transferência para Bens para devolução aos sócios ⁽³⁾ (Nota 1)	-	-	-	-	-	-	-
Venda de participação em investimentos (Nota 1)	(17.375)	-	-	-	-	-	(17.375)
Outros	-	-	1	(1)	-	(124)	(124)
Subtotal em 31 de dezembro de 2016	1.388.574	53.005	274	4.474	22.293	-	1.468.620
Outras participações societárias	-	-	-	-	-	978	978
Ágio em investimentos - Mais Valia ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-
Ágio advindo da incorporação de acervo líquido ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para perda com valor recuperável ^{(1) e (3)}	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2016	1.388.574	53.005	274	4.474	22.293	978	1.469.598

⁽¹⁾ No consolidado, refere-se ao valor justo da permuta de participações societárias, entre a JPSP e a Bratel, ocorrida em 5 de maio de 2014. Em 31 de dezembro de 2016, este montante foi baixado para perda (Nota 1) e (Nota 6).

⁽²⁾ No consolidado, refere-se ao resultado de equivalência patrimonial dos investimentos não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia e sim avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

⁽³⁾ No consolidado, refere-se ao ágio advindo da parcela do acervo líquido vertido para as empresas Detmold e Dronten, referente a cisão parcial das companhias EDSP75 e LF Tel, ocorridas nas datas de 21 de março de 2014 e 5 de maio de 2014, respectivamente. A partir desta data, a JPSP passou a ter investimento na CTX, tendo sido transferido para este investimento, o montante do ágio anteriormente alocado nas empresas incorporadas. Em 31 de dezembro de 2016, este montante foi baixado para perda (Nota 1) e (Nota 6).

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

									Controladora	Consolidado
	Iguatemi	JPSP	BRIO	FIP GJ	FIP BRIO	EDSP66	Alium	Outros	Total	Total
Subtotal em 31 de dezembro de 2016	1.388.574	53.005	274	4.474	22.293	-	-	-	1.468.620	26.477
Outras Participações Societárias	-	-	-	-	-	-	-	978	978	14.896
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.388.574	53.005	274	4.474	22.293	-	-	978	1.469.598	41.373
Subscrição / aquisições de ações (cotas)	-	495	-	16	2.200	-	-	-	2.711	2.200
Aumento de participação em investimento	-	305	-	-	-	-	-	-	305	-
Compra de investimento (Nota 1)	-	-	-	-	-	-	63	-	63	-
Dividendos a receber de controladas	(67.473)	-	-	-	-	(295)	-	-	(67.768)	(65)
Resultado de equivalência patrimonial	109.537	2.268	(253)	(13)	(763)	(1.991)	(12)	124	108.897	144
Equivalência sobre o lucro acumulados do período	-	320	-	-	-	-	-	-	320	-
Reserva reflexa de remuneração baseada em ações	(8.887)	-	-	-	-	-	-	-	(8.887)	-
Varição de ações em tesouraria reflexa	(1.105)	-	-	-	-	-	-	-	(1.105)	-
Transação de capital	-	(11)	-	-	-	-	-	-	(11)	-
Varição de participação de investimentos	374	(33)	-	-	-	-	-	-	341	-
Ajuste de variação de conversão	-	(484)	-	-	-	-	-	-	(484)	-
Outros	(2)	2	-	1	(1)	1.473	-	(124)	1.349	1.578
Resgate cotas fundo de investimento	-	-	-	(4.478)	-	4.478	-	-	-	984
Subtotal em 31 de dezembro de 2017	1.421.018	55.867	21	-	23.729	3.665	51	-	1.504.351	31.318
Outras Participações Societárias	-	-	-	-	-	-	-	978	978	15.416
Prov para perda com valor recuperável do ativo (Notas 6 e 18)	-	(6.598)	-	-	-	-	-	-	(6.598)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.421.018	49.269	21	-	23.729	3.665	51	978	1.498.731	46.734

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Participações avaliadas pela equivalência patrimonial na Companhia:

Controladas	Patrimônio líquido (**)	Capital Social Integralizado	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Qtde. milhares de ações		Participação * % no Capital		Investimento	Equivalência patrimonial
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante		
Iguatemi (i)	2.798.130	1.231.313	215.726	89.643	-	50.7846	50.7846	1.421.018	109.537
JPSP	55.866	48.508	2.236	33.835	20.863	100.000	100.000	55.867	2.268
BRIO (iv)	51	7.501	(633)	1.600	-	40.0000	40.0000	21	(253)
EDSPS66	5.277	6.246	(2.867)	-	-	69.4615	69.4615	3.665	(1.991)
FIP BRIO Real Estate (ii) (iv)	53.351	58.905	(1.429)	24	-	44.4400	44.4400	23.729	(763)
Alium (Nota 1)	103	792	(34)	-	-	50.0000	50.0000	51	(12)
FIP GJ Real Estate	-	-	-	-	-	-	-	-	(13)
								1.504.351	108.773
Provisão para perda com valor recuperável do ativo JPSP								(6.598)	-
Lucros a apropriar (iii)								-	124
								1.497.753	108.897

Controladas	Patrimônio líquido (**)	Capital Social Integralizado	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Qtde. milhares de ações		Participação * % no Capital		Investimento	Equivalência patrimonial
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante		
Iguatemi (i)	2.734.937	1.231.313	161.683	89.643	-	50.7717	50.7717	1.388.574	82.807
JPSP	53.650	107.363	(58.042)	33.539	20.191	98.8000	99.6200	53.005	(46.532)
BRIO	684	7.501	(702)	1.600	-	40.0000	40.0000	274	(281)
FIP GJ Real Estate	6.441	6.510	(125)	5	-	69.4615	69.4615	4.474	(85)
FIP BRIO Real Estate (ii)	50.158	54.000	(2.290)	24	-	44.4400	44.4400	22.293	(578)
Lucros a apropriar (iii)								-	124
								1.468.620	35.455

(*) Cálculo excluindo ações em tesouraria

(**) Patrimônio líquido referente às informações individuais das investidas

(i) Capital social apresentado deduzido os gastos com emissão de ações

(ii) Quantidade de quotas

(iii) Lucros a apropriar entre a Companhia e a controlada

(iv) Patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial com base no item B93 CPC 36(R3) e Item 34 CPC18(R2).

Participações avaliadas pela equivalência patrimonial no consolidado, as quais devem ser lidas em conjunto com a Nota 1 destas Demonstrações Financeiras.

	Investimento		Equivalência Patrimonial	
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Participação da Companhia no FIP Brio	23.729	22.293	(763)	(578)
Participação da Companhia na Brio	21	274	(253)	(281)
Participação da Companhia no FIP GJ Real State	-	-	(13)	-
Participação da JPSP na Alium (Nota 1)	-	68	(12)	(65)
Participação da Companhia na Alium (Nota 1)	51	-	(5)	-
Participação da JPSP na CTX	-	-	-	(9.777)
Participação da Iguatemi em controladas em conjunto	5.585	3.842	-	-
Participação da Iguatemi em outros investimentos	17.348	14.896	1.190	939
Subtotal	46.734	41.373	144	(9.762)
Equivalencia patrimonial s/ outros resultados abrangentes	-	-	-	(6.554)
Total	46.734	41.373	144	(16.316)

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• Informações financeiras resumidas da Iguatemi

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as informações financeiras resumidas de controladas diretas e indiretas com participações de não controladores, que são materiais estão destacadas a seguir:

	Iguatemi	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante	659.725	722.141
Ativo não circulante	4.403.077	4.428.793
Passivo circulante	321.527	428.613
Passivo não circulante	1.934.640	1.980.783
Patrimônio líquido	2.806.635	2.741.538
Atribuível aos acionistas da controladora	1.421.018	1.388.574
Atribuível aos acionistas de participações não controladoras	1.385.617	1.352.964
Lucro líquido do exercício	218.873	164.195
Atribuível aos acionistas da controladora	109.537	82.807
Atribuível aos acionistas de participações não controladoras	109.336	81.388
Fluxo de caixa:		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	201.046	143.240
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(179.942)	231.539
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(102.801)	(326.971)
Dividendos pagos para participações não controladoras	59.084	29.118

A Iguatemi é uma companhia aberta e remete regularmente à CVM suas informações financeiras e o desempenho de suas operações. Para maiores informações, acesse suas demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 27 de fevereiro de 2018.

(c) Principais movimentações dos investimentos:

Iguatemi

Em 26 de abril de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da Iguatemi, dentre outras matérias, a proposta para a distribuição de dividendos no montante de R\$120.000, referente ao resultado do exercício de 2016, sendo R\$0,67984549809 por ação o qual foram pagos 50% em 22 de maio de 2017 e o restante em 22 de setembro de 2017.

JPSP

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Assembleia Geral Extraordinária da JPSP, realizada em 21 de dezembro de 2016, foi aprovado a redução de Capital da JPSP, no montante de R\$118.685, sem o cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da JPSP. A redução de capital ora aprovada, tornou-se efetiva em 21 de fevereiro de 2017 com o decurso do prazo de 60 dias e consistiu (i) do total, o montante de R\$92.583 para absorção de prejuízos no montante dos prejuízos acumulados constantes das Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2015; e (ii) o valor de R\$26.102 para restituição aos acionistas de parte do valor de suas ações. Tiveram direito ao recebimento da restituição de capital todos os detentores de ações de emissão da JPSP na data-base de 24 de fevereiro de 2017 (inclusive), sendo que as ações de emissão da JPSP passaram a ser negociadas ex-redução a partir de 1º de março de 2017 (inclusive). O pagamento a título de restituição de capital foi efetuado aos acionistas como parte do valor de suas ações no dia 10 de março de 2017, em moeda corrente nacional, no montante bruto de R\$0,48 (quarenta e oito centavos) por ação.

Em 1º de setembro de 2017, a Companhia integralizou o aumento de capital da JPSP aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 31 de julho de 2017. O aumento de capital totalizou R\$495, com emissão de 295.629 ações ordinárias e 179.238 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$1,0431423 por ação, do qual R\$0,1043142 foi destinado à conta de capital, totalizando R\$45, e R\$0,9388281 foi destinado à conta de reserva de capital, totalizando R\$450, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Aumento de Capital"). A finalidade do Aumento de Capital foi de permitir que a JPSP estivesse em condições de atender as exigências legais para efetuar o resgate das ações em circulação remanescentes da JPSP que não foram adquiridas no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei das Sociedades por Ações. Após o aumento de capital e o cancelamento das ações resgatadas, o capital da JPSP passou a ser dividido em 54.518.190 ações, sendo 33.835.421 ações ordinárias e 20.682.769 ações preferencias.

Em Assembleia Geral Extraordinária da JPSP, realizada em 29 de dezembro de 2017, foi aprovado a redução de Capital da JPSP, no montante de R\$58.900, sem o cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da JPSP. A redução de capital teve como objetivo a absorção de prejuízos no montante dos prejuízos acumulados constantes das Demonstrações Financeiras da JPSP levantadas em 31 de dezembro de 2016. Em consequência da redução ora aprovada o capital da JPSP passou de R\$107.408 para R\$48.508, mantendo-se inalterado o seu número de ações emitidas.

FIP GJ

Em Assembleia Geral de Cotistas do Fundo de Investimento em Participações GJ Real State, realizada em 20 de fevereiro de 2017, foi deliberado a liquidação e o encerramento do Fundo na data de 24 de fevereiro de 2017 (data de liquidação). Nesta data, os cotistas receberam parte de seu pagamento com entrega de ativos que compõe a carteira do Fundo, a saber, 6.246.000 (seis milhões e duzentos e quarenta e seis mil) ações ordinárias de emissão da EDSP66 Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.663.971/0001-23 ("Ativos"), e o saldo remanescente em dinheiro, na proporção de suas cotas, em moeda corrente nacional, com base no fechamento do dia 24 de fevereiro de 2017, após deduzir todas as despesas e custos necessários para a liquidação e extinção do Fundo.

(d) Propriedades para investimentos

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao custo

	Vida útil média remanescente em anos	Consolidado	
		2017	2016
Consolidado antes do ágio			
Terrenos	33 a 60 ⁽ⁱ⁾	463.356	450.738
Edificações, instalações e outros	33 a 60 ⁽ⁱ⁾	4.188.752	4.059.089
Depreciação acumulada	33 a 60 ⁽ⁱ⁾	(665.402)	(568.065)
		3.986.706	3.941.762
Ágios reclassificados ⁽ⁱⁱ⁾			
Terrenos	40 a 60	34.785	34.785
Edificações, instalações e outros	40 a 60	58.576	58.576
Depreciação acumulada	40 a 60	(10.568)	(9.321)
		82.793	84.040
Subtotal		4.069.499	4.025.802
Eliminação lucros a realizar		(2.789)	(2.913)
Total		4.066.710	4.022.889

- (i) A vida útil dos demais itens classificados como propriedades para investimento foram definidas com base em estudos elaborados por consultores imobiliários e são tempestivamente revisadas pela Iguatemi, principalmente em casos de mudanças significativas nos shoppings que ocasione uma alteração na vida útil. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Iguatemi não identificou nenhuma mudança significativa.
- (ii) Referem-se a mais valia de ativos gerados na aquisição destas empresas pela Iguatemi, líquido de amortização. São apresentados no consolidado como propriedade para investimentos, devido a sua natureza.

A Iguatemi obteve financiamento para expansões do Shopping Center Iguatemi Porto Alegre e construção do futuro Outlet na cidade de Tijucas em Santa Catarina, capitalizando ao custo dos ativos os encargos desses financiamentos até o início da operação dos empreendimentos. Em 27 de abril de 2016, foi inaugurado a expansão do Shopping Center Porto Alegre. Até 31 dezembro de 2017, a Iguatemi capitalizou o montante de R\$11.358 (2016 - R\$18.242).

A movimentação das propriedades para investimento é como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial	4.022.889	3.996.971
Adições (i)	142.306	124.611
Depreciações	(98.609)	(97.624)
Transferências	-	(1.122)
Baixas	-	(70)
Outras movimentações	124	123
Saldo final	4.066.710	4.022.889

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Os valores consolidados referem-se substancialmente ao custo de construção do futuro outlet na cidade de Tijucas, das unidades imobiliárias descritas na Nota 24 e gastos com reinvestimentos das propriedades.

A Iguatemi anualmente estima o valor justo das propriedades para investimento, conforme demonstrado a seguir:

	2017			2016		
	Shoppings em operação	Shoppings anunciados (*)	Total	Shoppings em operação	Shoppings anunciados (*)	Total
Valor justo	10.534.459	85.290	10.619.749	9.027.452	14.449	9.041.901
Área bruta locável própria (mil m ²)	455	32	487	455	32	487

(*) Referem-se à posição das expansões e novos shoppings.

A Iguatemi adotou a metodologia de cálculo do valor justo, por meio do fluxo de caixa descontado - modelo Nominal (valor justo - nível 3), o qual foi preparado por especialistas internos, considerando, qualificações físicas, premissas e estimativas ponderadas com informações do mercado imobiliário, bem como tendências macro econômicas. Não foram incluídos nos cálculos as potenciais expansões, as permutas de terrenos e os projetos não anunciados (mesmo os constantes do “guidance”).

As seguintes premissas foram utilizadas para avaliação:

	2017	2016
Taxa de desconto real	7,9% a.a.	8,6% a.a.
Taxa de ocupação	94,2%	93,4%
Taxa de crescimento real na perpetuidade	2% a.a.	2% a.a.
Inflação anual na perpetuidade	4,4% a.a.	5% a.a.

Com base no valor justo das propriedades para investimento, a Administração da Iguatemi concluiu que não há indicativo de desvalorização do ativo que requer a redução ao valor recuperável.

14. IMOBILIZADO

	Consolidado					
	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Instalações, máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Outros Ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)						
Saldo em 31/12/2016	12.782	8.580	10.024	69	16.423	47.878
Adições	126	711	-	-	339	1.176
Baixas	(330)	(2)	(2)	-	-	(334)
Saldo em 31/12/2017	12.578	9.289	10.022	69	16.762	48.720
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2016	(5.005)	(7.801)	(2.749)	(34)	(8.934)	(24.523)

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas de depreciação	(965)	(499)	(225)	(3)	(857)	(2.549)
Saldo em 31/12/2017	(5.970)	(8.300)	(2.974)	(37)	(9.791)	(27.072)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2016	7.777	779	7.275	35	7.489	23.355
Saldo em 31/12/2017	6.608	989	7.048	32	6.971	21.648
Taxa anual de depreciação (média)	10%	33,33%	10%	10%	20%	

15. INTANGÍVEL

					Consolidado
	Ágio ("Goodwill") (i)	Sistemas de processamento de dados	Software em desenvolvimento (ii)	Outros ativos (iii)	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31/12/2016	103.633	24.248	5.816	21.845	155.542
Adições	-	-	3.886	9	3.895
Transferências	-	-	(5.816)	5.816	-
Saldo em 31/12/2017	103.633	24.248	3.886	27.670	159.437
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2016	(15.464)	(24.248)	-	(14.648)	(54.360)
Despesas de amortização	-	-	-	(5.246)	(5.246)
Saldo em 31/12/2017	(15.464)	(24.248)	-	(19.894)	(59.606)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2016	88.169	-	5.816	7.197	101.182
Saldo em 31/12/2017	88.169	-	3.886	7.776	99.831
Taxa anual de amortização (média)	-	20%	-	20%	

(i) Ágios ("Goodwill")

A Iguatemi possui ágios na aquisição da Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. e SISP Participações S.A., no montante de R\$14.025 (R\$11.804 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008) e R\$89.608 (R\$76.365 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008), respectivamente, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado ("goodwill"). O saldo do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R1). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram identificados indicativos de impairment.

(ii) Software em desenvolvimento

Os módulos em desenvolvimento são agregados ao custo, e iniciam sua amortização a partir de sua conclusão.

(iii) Outros

Refere-se substancialmente a implantação e melhorias dos diversos sistemas de tecnologia, cuja amortização é realizada no prazo de três anos.

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

(Inclui debêntures)

(a) Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Debêntures e Juros provisionados sobre debêntures (*)	-	-	636.543	805.249
RB Capital 96% do CDI	-	-	283.741	-
RB Capital CDI + 0,10% a.a (Nota 9(b)(v))	-	-	276.122	282.094
RB Capital CDI + 0,15% a.a (Nota 9(b)(v))	-	-	204.238	203.986
Banco Itaú TR + 9,50% a.a	-	-	160.253	159.149
Banco Itaú 92,50% do CDI	-	-	150.636	152.950
RB Capital CDI + 1,30% a.a	-	-	103.515	104.530
RB Capital CDI + 1,30% a.a	-	-	102.965	104.160
Banco Santander CDI + 1,00% a.a (Nota 9(b)(iv))	-	-	98.828	106.321
Banco Bradesco CDI + 1,65% a.a	92.612	124.759	92.612	124.759
Banco Itaú TR + 9,50% a.a	-	-	74.998	80.182
Instituições não financeiras IGP-DI	-	-	568	801
Banco Alfa 3,00% a.a.	-	-	29	116
BNDES TJLP + 3,26% a.a.	-	-	-	71.047
BNDES TJLP + 3,32% a.a.	-	-	-	57.814
Banco Santander TR + 10,00% a.a.	-	-	-	32.831
BNDES IPCA + 5,14 % a.a.	-	-	-	24.752
Banco Itaú TR + 9,50% a.a	-	-	-	17.759
BNDES TJLP + 3,45% a.a.	-	-	-	16.053
BNDES TJLP + 3,82% a.a.	-	-	-	14.790
Banco Itaú TJLP + 4,2% a.a.	-	-	-	1.393
Banco Alfa TJLP + 4,2% a.a.	-	-	-	1.392
BNDES TJLP + 1,42% a.a.	-	-	-	714
BNDES 2,50% a.a	-	-	-	462
BNDES TJLP	-	-	-	457
BNDES 4,50% a.a.	-	-	-	425
BNDES TJLP	-	-	-	276
BNDES 5,50% a.a.	-	-	-	132
BNDES TJLP	-	-	-	85
BNDES TJLP	-	-	-	60
Banco Itaú 4,50% a.a.	-	-	-	33
Banco Alfa 4,50% a.a.	-	-	-	33
Total	92.612	124.759	2.185.048	2.364.805
Circulante	31.767	33.491	230.667	359.085
Não circulante	60.845	91.268	1.954.381	2.005.720

(*) Valores líquidos dos custos de transação incorridos (Nota 16 (b)).

Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
CDI	92.612	124.759	1.949.199	1.884.048

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

TR	-	-	235.251	289.921
IGP - DI	-	-	568	801
Pré fixado	-	-	30	1.202
TJLP	-	-	-	164.081
IPCA	-	-	-	24.752
Total	92.612	124.759	2.185.048	2.364.805

Cronograma de vencimento

A dívida não circulante apresentada, líquida do custo de captação, possui o seguinte cronograma de vencimento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2019	30.423	257.986
2020 e 2021	30.422	622.197
2022 a 2035	-	1.074.198
Total	60.845	1.954.381

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	124.759	124.896	2.364.805	2.364.035
Captações	-	-	279.635	450.000
Juros provisionados	14.087	17.813	221.128	366.402
Pagamentos de principal	(30.423)	-	(451.041)	(529.027)
Encargos financeiros pagos	(15.811)	(17.950)	(235.586)	(292.017)
Custos de captação	-	-	6.107	5.412
Saldo Final	92.612	124.759	2.185.048	2.364.805

Descrição das principais captações

Em 24 de julho de 2017, a Iguatemi foi autorizada pelo Conselho de Administração a emitir a quinta emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, a ser vinculada à emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”).

A operação foi concluída em 18 de setembro de 2017, no valor total de R\$279.635, com remuneração limitada a 96% da variação acumulada da taxa DI e vencimento em 18 de setembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$283.741.

(b) Debêntures públicas e privadas

(b.1) Resumo das emissões de debêntures

Segmento de Shopping Centers

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	Taxas	Consolidado	
					2017	2016
Iguatemi	3ª	R\$300 milhões	2017 a 2018	1ª. série 100% CDI + 1% a.a.	155.374	317.719
Iguatemi	4ª	R\$450 milhões	2020 a 2021	1a. série 100% CDI + 0,82% a.a 2a. série IPCA+ 4,31% a.a	481.169	487.530
Total					636.543	805.249

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Iguatemi amortizou parcela do principal mais juros das debêntures da 2ª emissão e juros atualizados das 3ª e 4ª emissão no montante de R\$234.951 (2016 - R\$281.311).

(c) Garantias

Companhia

O empréstimo contratado pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A. possui como garantia 7.115.789 ações ordinárias e 7.115.789 ações preferenciais de emissão da JPSP, de titularidade da Companhia na data destas Demonstrações Financeiras.

Segmento de Shopping Centers

Para a quinta emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, a ser vinculada à emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) realizada em 24 de julho de 2017, e concluída em 18 de setembro de 2017, no valor total de R\$279.635, a Iguatemi apresentou como garantia a fração de 50% do Shopping Galleria. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$283.741.

Para os financiamentos celebrados com o Itaú Unibanco S.A. em 11 de julho de 2014, nos valores de R\$152.000 e R\$78.000, a Iguatemi apresentou como garantia a fração de 40% do Shopping Campinas e sua futura expansão. Em 31 de dezembro de 2017, o saldos destes financiamentos correspondem a R\$160.253 e R\$74.998, respectivamente.

Em 10 de julho de 2013, em virtude da cessão dos Créditos Imobiliários decorrentes da cédula de crédito bancário (“CCB”) em favor do Banco Itaú BBA, com o propósito específico de construção do Shopping Center Ribeirão Preto, a Iguatemi apresentou garantia a fração ideal correspondente a 88% do shopping de São José do Rio Preto. O saldo do empréstimo em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$150.636.

Para o financiamento celebrado com o Banco Santander em 21 de janeiro de 2013, no valor de R\$115.000, para a construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em Votoratim/SP, a CSC 41 Participações Ltda apresentou como garantia futuras edificações com fração ideal de 65,716% das futuras unidades autônomas designadas como Shopping e Estacionamento. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo deste empréstimo é de R\$98.828.

Adicionalmente, os financiamentos, bem como os CRIs não possuem cláusulas de vencimento antecipado relacionados a índices financeiros.

(d) “Covenants”

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentamos a seguir as restrições e obrigações contidas nos contratos de empréstimos e escrituras de debêntures Grupo. Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo está adimplente com suas obrigações contratuais, não tendo recebido qualquer notificação até a data da autorização destas Demonstrações Financeiras.

Companhia

O empréstimo da Companhia com o Bradesco S.A. possui cláusulas contratuais que preveem o vencimento antecipado do saldo devedor estão abaixo sumarizadas:

- Inadimplemento de quaisquer obrigações da Companhia e seus avalistas, deixando de regularizá-las no prazo de 10 (dez) dias, após o recebimento de notificação;
- Ocorrência, na Companhia ou seus avalistas, de protestos de títulos de valor individual ou agregado superior a 10% do valor do saldo devedor do empréstimo;
- Existência de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as ações oferecidas como garantia;
- Não substituição de qualquer um dos avalistas que se encontrarem nas situações acima mencionadas;
- Transferência ou alteração, a qualquer título, do controle acionário da Companhia, que resulte na cessão de ativos ou participações societárias para acionistas estranhos ao atual quadro societário da Companhia.

Segmento de Shopping Centers

As debêntures, cujos montantes em 31 de dezembro de 2017 totalizavam R\$636.543 (2016 - R\$805.249), possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem Dívida Líquida / EBITDA < 3,50 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00. A exigibilidade do atendimento aos índices financeiros é anual e foi cumprida em 31 de dezembro de 2017, não existindo cláusulas de opção de repactuação.

17. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

	Controladora		Consolidado	
	2016	2017	2016	2017
Impostos parcelados	301	3.982	2.617	
Total	301	3.982	2.617	
Circulante	157	2.994	1.365	
Não circulante	144	988	1.252	

	Controladora			
	Principal	Multa	Juros	Total
COFINS/PIS	-	-	-	193

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto de renda	-	-	-	-	23
IOF	-	-	-	-	85
Total	-	-	-	-	301

	Consolidado				
				2017	2016
	Principal	Multa	Juros	Total	Total
COFINS/PIS	2.838	557	566	3.961	193
Imposto de renda	-	5	16	21	1.753
CSLL	-	-	-	-	671
Total	2.838	562	582	3.982	2.617

Até 31 de dezembro de:		Consolidado
2018		2.994
2019 a 2020		988
Total		3.982

Em 24 de maio de 2017, foi instituído o Programa de Regularização Tributária (“PRT”) pela Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017, regularizando débitos federais que estavam sendo discutidos no âmbito administrativo e judicial com a Fazenda Nacional. Em 29 de setembro de 2017, foi divulgada a Medida Provisória nº 804, convertida em Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”) e revogou a Medida Provisória nº 783 de 31 de Maio de 2017. Com a nova Medida Provisória o contribuinte teve a opção de manter-se no PRT ou transferir sua regularização para o PERT. O programa PERT possibilita, entre outras opções, a utilização do pagamento em espécie de 5% da dívida em 5 prestações, mensais e sucessivas, de agosto a dezembro de 2017, além da redução de juros e multa do saldo da dívida; o saldo remanescente pode ser liquidado com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

A Companhia e sua controlada JPSP, migraram os seus parcelamentos anteriores referente a Lei 11.941/2009 para o PERT, onde ambos os parcelamentos seguiram com pagamento à vista de 5% do total da dívida em 5 parcelas iguais e utilização de prejuízos fiscais para quitar o saldo da dívida. A Companhia utilizou R\$351 e a JPSP utilizou R\$3.167 (Nota 8).

Já a Iguatemi, avaliou as mudanças trazidas pelo PERT e efetivou a migração de parte dos débitos para o novo programa, utilizando-se da opção de pagamento descrita anteriormente. Os débitos foram de PIS e COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$45.732 de débitos inclusos nos programas de regularização tributária. Os débitos de PIS e COFINS originaram de uma revisão em conjunto com os seus assessores externos, possibilitando à Iguatemi efetuar a utilização de crédito fiscal. Em 31 de dezembro de 2017 a Iguatemi efetuou a quitação das parcelas no montante de R\$35.851, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, encerrando integralmente o parcelamento PERT, restando apenas as 16 prestações do parcelamento PRT.

18. PROVISÕES

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cível (i)	-	-	24.479	24.339
Trabalhistas	4.826	5.100	6.437	5.728
Tributárias	278	278	3.044	2.930
	5.104	5.378	33.960	32.997
Ativo registrado decorrente da possibilidade de recompra da participação de 3,58% do Shopping Center Boulevard Iguatemi	-	-	(12.163)	(12.023)
Total Provisões cíveis, trabalhistas e tributárias	5.104	5.378	21.797	20.974
Provisão para perda ao valor recuperável do ativo ^(*)	-	-	6.598	-
Total de provisões	5.104	5.378	28.395	20.974

^(*) Em 21 de fevereiro de 2018, a Companhia celebrou contrato de compra e venda da totalidade das ações da JPSP com a PARTHICA HOLDINGS LLC (Nota 25). De acordo com CPC 01 (R1), a Companhia constituiu provisão para perda ao valor recuperável da JPSP com base no valor da venda, líquido das despesas com vendas.

Detalhamento dos processos por natureza de risco

Risco	Controladora			Total
	Tributárias	Trabalhistas	2017	
Provisões	278	4.826	5.104	
Passivos contingentes (ii)	300	-	300	

Risco	Controladora			Total
	Tributárias	Trabalhistas	2016	
Provisões	278	5.100	5.378	
Passivos contingentes (ii)	31.139	5.000	36.139	

Risco	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	2017
Provisões	3.044	6.437	12.316	21.797
Passivos contingentes (ii)	26.197	1.657	33.376	61.230

Risco	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	2016
Provisões	2.930	5.728	12.316	20.974
Passivos contingentes (ii)	61.908	6.078	55.849	123.835

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões

Cíveis

Segmento de Shopping Centers

(i) A Iguatemi é ré em ação ordinária que objetiva a aplicação de cláusula de recompra da participação do autor no Shopping Center Boulevard Iguatemi, equivalente a 3,58% desse empreendimento. O processo aguarda julgamento na 2ª Instância da esfera judicial. A Iguatemi constituiu provisão para fazer face a eventuais perdas, cujos valores montam em 31 de dezembro de 2017 R\$24.479 (2016 – R\$24.339).

Trabalhistas

Companhia

A Companhia é ré em diversos processos trabalhistas movidos por ex-empregados da empresa Proconsult Ltda, que está desativada. A responsabilidade da Companhia foi reconhecida somente nos casos em que o período de trabalho do reclamante, na empresa Proconsult Ltda, é coincidente com o período em que a Companhia possuía uma pequena participação societária na Proconsult Ltda. Para os casos em que a probabilidade de perda é provável, foi constituída provisão, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 é de R\$50 (2016 - R\$617). Adicionalmente a Companhia mantém provisões para fazer face a outras perdas de natureza trabalhista (INSS), cujo montante em 31 de dezembro de 2017 é de R\$4.776 (2016 - R\$4.483).

Segmento de Shopping Centers

A Iguatemi e suas controladas são rés em diversos processos trabalhistas, movidos por ex-empregados. A Iguatemi e suas controladas constituíram provisão, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 é de R\$318 (2016 - R\$628).

Tributárias

Segmento de Shopping Centers

A Iguatemi, constituiu diversas provisões para fazer face a potenciais perdas com processos, que referem-se substancialmente a processos administrativos de cobrança IPTU pela Prefeitura de Votorantim e Sorocaba, que perfazem em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$1.195 (2016 – R\$1.087).

(ii) Passivo Contingente

O Grupo também possui diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis e remotas na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhistas

Companhia

A Companhia é ré em diversos processos trabalhistas cuja expectativa de perda é classificada como possível na opinião de seus consultores jurídicos. O total envolvido nos processos em 31 de dezembro de 2016 é de R\$5.000.

JPSP

A controlada JPSP possui processos de natureza trabalhista, envolvendo “possível” risco de perda. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os valores estimados de perda totalizavam R\$97.

Tributárias

Companhia

A Companhia possuía processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 era de R\$300 (2016 - R\$31.139).

Segmento de Shopping Centers

A Iguatemi e suas controladas estão envolvidas em processos tributários, cíveis e indenizatórios surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo “possível” risco de perda. Em 31 de dezembro de 2017 os valores estimados de perda totalizam R\$20.985 (2016 - R\$26.006), R\$33.376 (2016 - R\$55.849), R\$1.560 (2016 - R\$981) respectivamente. Os processos cíveis são substancialmente cobertos por apólice de seguro contratadas pela controlada Iguatemi (Nota 23).

JPSP

A controlada JPSP possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda, relacionados substancialmente, a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e INSS. Em 31 de dezembro de 2017 os valores estimados de perda totalizavam R\$4.912 (2016 - R\$4.762).

19. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas a apropriar (i)	-	-	13.981	26.673
Lucros a realizar (ii)	2.789	2.912	-	-
Outros	491	284	5.788	11.788
Total	3.280	3.196	19.769	38.461
Circulante	491	284	5.098	10.761

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não circulante	2.789	2.912	14.671	27.700
----------------	-------	-------	--------	--------

- (i) Os recursos recebidos pela cessão de direitos (cessão de estrutura técnica dos shoppings) são contabilizados como receitas a apropriar, líquidas dos impostos e das contribuições incidentes considerando a forma de tributação a que a empresa detentora dos créditos está submetida, e serão reconhecidos linearmente ao resultado, com base no prazo de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir da data da inauguração dos respectivos empreendimentos.
- (ii) Valor referente a venda para a controlada Iguatemi, de 5% das cotas de participação do SCISP detidas pela Companhia (Nota 13 (d)).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado, na data destas Demonstrações Financeiras, era de R\$741.987 (2016 – R\$784.004), representado por 93.371.337 ações sem valor nominal, sendo 38.577.343 ações ordinárias e 54.793.994 ações preferenciais (2016 - 94.064.837 ações sem valor nominal, sendo 38.577.343 ações ordinárias e 55.487.494 ações preferenciais. Nos termos do Estatuto Social em vigor (Nota 25), o capital social da Companhia é de R\$741.987, representado por 87.891.937 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Na data destas Demonstrações Financeiras, a Companhia estava autorizada a aumentar o seu capital social em até 1.460.000.000 ações sem valor nominal, sendo 488.000.000 ações ordinárias e 972.000.000 ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração. Nos termos do Estatuto Social em vigor (Nota 25), o capital social da Companhia poderá ser aumentado, em ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 136.280.000 ações ordinárias.

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2017	2016 ⁽ⁱ⁾
Capital total em ações		
Ações ordinária	87.892	88.515
Total	87.892	88.515
Ações em tesouraria	-	(491)
Total	-	(491)
Ações em circulação		
Total das ações ordinárias excluindo tesouraria	87.892	88.024
Valor patrimonial por ação excluindo tesouraria (R\$)	16,28	16,24

- (i) As quantidades de ações relativas ao ano 2016 foram ajustadas, considerando o efeito da conversão de ações de 1 ação preferencial para cada 0,9 ação ordinária ocorrida em 18 de janeiro de 2018 (Nota 25), para permitir a comparabilidade entre os períodos.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 5 de maio de 2017, foi aprovado a redução de capital, no valor de R\$42.017, sem cancelamento de ações, por considerá-lo

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

excessivo, com restituição de R\$0,45 por ação aos acionistas, como parte do valor de suas ações. A redução de capital se tornou efetiva em 8 de julho de 2017 e o pagamento foi realizado em 28 de julho de 2017.

(b) Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de março de 2017, foi aprovado o cancelamento do total de 693.500 ações preferenciais de emissão da Companhia, composto pela quantidade de ações que se encontravam em tesouraria em 31 de dezembro de 2016, no montante de 545.000 ações preferenciais, pelo custo histórico de aquisição no montante de R\$3.658, somadas as novas aquisições de 148.500 ações preferenciais efetuadas no trimestre findo em 31 de março de 2017, no montante R\$1.146.

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria existentes em 31 de dezembro de 2016 era R\$4.028, com base na cotação da ação na B3, R\$7,39 (preço médio da ação referente as negociações em 29/12/2016).

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está sendo proposto a destinação para a reserva legal, o montante de R\$3.845, totalizando R\$73.110 (2016 – R\$69.265).

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é composta pelo montante em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 de R\$64.594 relacionada a retenção de lucros para investimento e reforço do capital de giro da Companhia e de suas controladas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não está sendo proposto destinação para esta reserva.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos será constituída até 75% do lucro líquido do exercício, com a finalidade indicada a seguir, e que terá como limite o valor correspondente a 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social, podendo, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A Reserva de Investimentos destinar-se-á: (a) à preservação da integridade do patrimônio social; (b) à amortização de dívidas da Companhia; (c) ao reforço de seu capital de giro; e (d) a investimentos em subsidiárias, a fim de que estas os destinem aos fins mencionados nas letras "b" e "c" acima. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está sendo proposto a destinação no montante de R\$38.056, totalizando R\$391.747 (2016 – R\$356.701).

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reserva de opções de ações

Representa a constituição reflexa da reserva de opções de ações originalmente constituída nas controladas da Companhia, utilizando o mesmo percentual de participação no capital das controladas.

(d) Dividendos

Nos termos do Estatuto Social atualmente em vigor (Nota 25), pelo menos 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-á para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia está propondo a distribuição de dividendos no montante de R\$35.000, sendo o montante de R\$18.264 destinados a parcela dos dividendos mínimos obrigatórios e o montante de R\$16.736 adicional ao mínimo obrigatório, perfazendo um dividendo por ação de R\$0,39822, conforme demonstrado a seguir:

A proposta será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 26 de abril de 2018.

Proposta de dividendos

Lucro líquido do exercício	76.901
(-) Reserva legal (5%)	<u>(3.845)</u>
(=) Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	73.056
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	18.264
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios ⁽¹⁾	<u>16.736</u>
Total	35.000
Quantidade de ações - mil	87.892
Dividendos por ação ⁽²⁾	0,39822
Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	45,5%

⁽¹⁾ valor excedente registrado no patrimônio líquido como “Dividendos adicionais propostos”, em virtude de ainda não ter sido aprovado pela assembleia geral ordinária, que será realizada somente no dia 26/04/2018.

⁽²⁾ O dividendo por ação poderá sofrer alteração devido a quantidade de ações ordinárias em circulação da Companhia, na data da declaração dos dividendos.

(e) Lucro por ação

Lucro básico:

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação durante os períodos.

	<u>2017</u>	<u>2016 (*)</u>
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	76.901	21.564
Lucro do exercício alocado às ações ordinárias	76.901	21.564
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações) Ações ordinárias	87.913	89.750
Lucro por ação	0,8747	0,2403

Lucro diluído

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora ajustado pelo resultado de equivalência da Iguatemi, considerando o seu plano de opções de ações.

	<u>2017</u>	<u>2016 (*)</u>
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	76.901	21.564
Impacto dilutivo sobre equivalência da Iguatemi - plano de opções de ações	(184)	(538)
	<u>76.717</u>	<u>21.026</u>
Lucro do exercício alocado às ações ordinárias	76.717	21.026
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações) Ações ordinárias	87.913	89.750
Lucro por ação	0,8726	0,2343

(*) As quantidades de ações relativas ao ano 2016 foram ajustadas, considerando o efeito da conversão de ações de 1 ação preferencial para cada 0,9 ação ordinária ocorrida em 18 de janeiro de 2018 (Nota 25), para permitir a comparabilidade entre os períodos.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Participações dos empregados nos lucros

O Grupo possui plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis, cujos valores são apropriados pelo regime de competência no resultado da Companhia e os pagamentos feitos anualmente entre os meses de março a abril.

(b) Plano de previdência complementar privada

Atualmente a Companhia e a Iguatemi mantêm plano de previdência complementar (contribuição definida) no Itaú Vida e Previdência S.A. Esse plano é opcional aos funcionários, com a contribuição pela Companhia e pela Iguatemi de 100% do valor mensal contribuído pelos

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

funcionários.

A Companhia e a Iguatemi não possuem nenhuma obrigação nem direito com relação a qualquer superávit ou déficit que venha a ocorrer no plano.

(c) Planos de remuneração baseada em ações

A Iguatemi homologou na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de novembro de 2006 o Plano de Opção de Aquisição de Ações (“Plano”) para funcionários pré-selecionados, com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da Iguatemi e de seus acionistas. O Plano é administrado pelo seu Conselho de Administração, que se reúne periodicamente, revisando os termos, os funcionários a serem beneficiados e o preço pelo qual as ações serão adquiridas.

Crítérios gerais dos programas de outorga

Programa 2008

Em 18 de março de 2008, o Conselho de Administração da Iguatemi aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2008 (“Programa 2008”). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas.

O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2008, na data de outorga, é de R\$13,78 por ação, correspondente ao preço médio das ações da Iguatemi nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de aprovação do Programa 2008. O Preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Programa 2012

Em 14 de Agosto de 2012, o Conselho de Administração aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2012 (“Programa 2012”). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas. O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2012, na data de outorga é de R\$18,00 por ação, correspondente ao preço médio das ações da Iguatemi nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de outorga (30 de junho de 2012), ao qual foi aplicado um desconto de 10%. O preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Evolução dos planos de opção de compra de ações no exercício

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, segue resumo da evolução dos planos de opção de compra de ações:

	2017		2016	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação no início do exercício	1.909.200	R\$ 20,84	2.498.400	R\$ 19,34
Ajuste de opções concedidas	-	-	217.600	R\$ 19,34

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Opções exercidas	(1.476.615)	R\$ 21,30	(806.800)	R\$ 20,43
Opções em circulação no fim do exercício	432.585	R\$ 21,51	1.909.200	R\$ 20,84

As opções de compra de ações em circulação no final de cada exercício têm as seguintes características:

DATA	Opções em circulação			
	Opções em circulação no fim do período	Vida remanescente contratual (meses)	Faixa de preço de exercício (em R\$)	Opções exercíveis no fim do período
31 de dezembro de 2017	432.585	15	21,39 – 21,51	296.800
31 de dezembro de 2016	1.909.200	22	20,72 – 20,84	1.164.800

Impactos no resultado e no patrimônio líquido

Na Iguatemi, a despesa registrada relativa aos planos de opção de compra de ações foi de R\$66 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (2016 - R\$1.391). O impacto no patrimônio líquido foi de R\$17.501 devido ao registro da despesa de *vesting* mais as opções exercidas no exercício, impactando de forma reflexa o patrimônio líquido da Companhia, na linha de “reserva reflexa de remuneração baseada em ações” no montante de R\$394.

Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma taxa esperada de cancelamento das opções de 5%.

O valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação “Black-Scholes”. Para o prazo de vida das opções foi utilizado o prazo médio entre a data de aquisição das opções e o prazo máximo para exercício. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica de 4 anos anteriores a data de outorga.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Transações da Companhia com seus investidores e suas investidas:

As transações com partes relacionadas, quando aplicável, são precificadas com base em condições de mercado.

Transações	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante				
Dividendos a receber				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	26.019	19.484	-	-
EDSP66 Participações S.A.	295	-	-	-
Total de dividendos a receber	26.314	19.484	-	-
Stock Option				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.(viii)	-	-	862	1.081
Total de Stock Option	-	-	862	1.081
Redução de capital a receber				
Controlada JPSP Investimentos e Participações S.A.	-	25.789	-	-
Total de Redução de capital a receber	-	25.789	-	-

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo não circulante				
Dividendos a receber				
JPSP x LIQ Participações S.A.	-	-	2.516	2.516
Total de dividendos a receber	-	-	2.516	2.516
Mútuos com partes relacionadas				
JPSP x Southmall Holding Ltda (i)	-	-	6.084	5.423
Infinity Trading Limited x GJIP (ii)			14.061	13.457
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Praia de Belas Shopping Center (iii)			2.184	4.383
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (iv)	-	-	45.081	73.469
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto (vi)	-	-	11.055	11.055
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Shopping Center Iguatemi São José do Rio Preto (vi)	-	-	4.908	4.908
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Shopping Center Galleria (vii)	-	-	3.525	5.500
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Shopping Center Iguatemi São Paulo	-	-	1.286	-
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Praias de Belas Shopping Center	-	-	665	-
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Outros (v)	-	-	6.395	2.289
Total de mútuos com partes relacionadas	-	-	95.244	120.484
Adiantamento para futuro aumento de capital				
EDSP66 Participações S.A. x outros	-	-	6.372	-
Total Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	6.372	-
Total do Ativo	26.314	45.273	104.994	124.081
Passivo Circulante				
Dividendos a pagar				
Companhia x acionistas (Nota 20)	18.302	8.194	18.302	8.194
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Acionistas minoritários	-	-	25.217	18.892
JPSP x Outros	-	-	-	7
EDSP66 Participações S.A. x Outros	-	-	130	-
Total do Dividendos a pagar	18.302	8.194	43.649	27.093
Redução de capital a pagar				
Redução de capital da Companhia a ser restituída aos acionistas em 28 de julho de 2017.	112	-	112	-
Controlada JPSP Investimentos e Participações S.A. x Acionistas minoritários (Nota 13)	-	-	10	313
Total de Redução de capital a pagar	112	-	122	313
Passivo não circulante				
Lucros a realizar				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (Nota 13 (d))	2.789	2.912	-	-
Total do Lucros a realizar	2.789	2.912	-	-
Total do Passivo	21.203	11.106	43.771	27.406
Resultado do exercício				
Serviços prestados				

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (ix)	1.231	1.804	-	-
Outros serviços prestados	36	48	-	-
Total dos serviços prestados	1.267	1.852		
Receitas (despesas) financeiras (x)				
Southmall Holding Ltda x JPSP	-	-	660	590
Infinity Trading Limited x GJIP	-	-	388	453
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (iv)	-	-	6.839	9.923
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Praia de Belas Shopping Center (iii)	-	-	215	464
Total da Receitas (despesas) financeiras	-	-	8.102	11.430

- (i) Contrato de mútuo celebrado entre a controlada direta JPSP e a Southmall Holding Ltda, uma das controladoras da Companhia, com vencimento em 30/06/2020 e taxa de juros de 100% CDI CETIP. A partir de 5 de junho de 2017, a Southmall Holding Ltda foi incorporada pela GJIP (Nota 1), sucedendo a a Southmall Holding Ltda neste contrato.
- (ii) Contrato de mútuo celebrado entre a controlada indireta Infinity e GJIP, controladora da Companhia, no montante de US\$4.000 (quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), a taxa de juros de 3,0% a.a. e com vencimentos previstos para 23/11/2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.
- (iii) Refere-se a financiamento para a expansão do Praia de Belas Shopping Centers, com taxa de juros CDI mais 1% a.a.
- (iv) Refere-se a um mútuo com a FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, entidade que tem uma participação de 30% do Shopping Iguatemi Campinas, com a finalidade de financiamento para expansão do shopping, e com liquidação prevista para 30 de abril de 2023 e taxa de juros CDI mais 1% a.a.
- (v) Refere-se substancialmente aos créditos junto aos diversos condomínios dos shopping, oriundos dos processos de reembolso de diversos pagamentos, realizados pela Iguatemi.
- (vi) Saldo de partes relacionadas entre o condomínio civil e o condomínio comercial referente a reembolsos de despesas não honradas pelos locatários, aportados pelos empreendedores, conforme determinam as Leis nº 4.591/64 e nº 8.245/91.
- (vii) Partes relacionadas entre o condomínio civil e o condomínio comercial do Shopping Center Galleria e será liquidado conforme indenização da seguradora.
- (viii) Refere-se a valores a receber decorrente do exercício do direito do plano de pagamento baseado em ações pelos diretores e determinados gerentes da Iguatemi.
- (ix) A Companhia presta serviços de consultoria à sua controlada Iguatemi e era sua avalista na emissão das notas promissórias concedidas pela Iguatemi ao BNDES. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a título de prestação de serviços, receitas no montante de R\$1.608 (2016 – R\$1.608); a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$61 (2016 - R\$244).
- (x) Receitas e despesas financeiras referentes a atualização dos mútuos entre a Companhia e partes relacionadas.

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Garantias prestadas às investidas

Para a Operação de Securitização junto ao mercado através da Securitizadora RB Capital no valor de R\$275.000 em nome da controlada indireta ORK Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, para capitalizar a Iguatemi, celebrado em 12 de julho de 2016, a Iguatemi apresentou como garantia a fração de 78% do Shopping Iguatemi Alphaville e constituiu aplicação financeira com a instituição Itaú Unibanco S.A. (Nota 9(b)(v)). Em 31 de dezembro de 2017 o saldo devedor desta operação é de R\$276.122 (Nota 16(a)).

Para o CRI, em nome da controlada indireta a CSC41 Participações Ltda, através da Securitizadora RB Capital, realizado em 30 de junho de 2016, no valor total de R\$105.000, a Iguatemi apresentou garantia a fração de 50% (cinquenta por cento) do Shopping Iguatemi JK. O saldo deste CRI em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$103.515 (Nota 16(a)).

Para o CRI, em nome da controlada indireta a CSC142 Participações Ltda, através da Securitizadora RB Capital, realizado em 28 de dezembro de 2016, no valor total de R\$105.000, a Iguatemi apresentou garantia a fração de 50% (cinquenta por cento) do Shopping Iguatemi JK. O saldo deste CRI em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$102.965 (Nota 16(a)).

Como garantia para a Operação de Securitização junto ao mercado através da Securitizadora RB Capital no valor de R\$210.000 em nome da controlada indireta Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda., celebrada em 24 de setembro de 2015, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 é de R\$204.238 (Nota 16(a)), a Iguatemi apresentou a fração de 100% (cem por cento) do Shopping Galleria e constituiu aplicação financeira com a instituição Itaú Unibanco S.A. (Nota 9(b)(v)).

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Benefícios de curto prazo	5.414	4.968	26.266	24.332
Remuneração com base em ações	-	-	30	624
	5.414	4.968	26.296	24.956

23. SEGUROS

Iguatemi

Em 31 de dezembro de 2017, a Iguatemi e seus empreendimentos apresentavam as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros, cujos períodos de cobertura estendem-se até 28 de setembro de 2018:

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Seguro de riscos nomeados

A Iguatemi contratou seguro de riscos nomeados, que abrange os usuais riscos que podem impactar suas atividades, com a Allianz Seguros S.A. (51%) e com a XL Seguros S.A. (49%), cuja apólice prevê o limite máximo de indenização de R\$689.596 relativos aos danos materiais e lucros cessantes. E o Shopping Pátio Higienópolis com a Chubb Seguros S.A. (100%), cuja apólice prevê o limite máximo de indenização de R\$444.092 relativos aos danos materiais e lucros cessantes.

Locais Segurados	Danos Materiais	Lucros Cessantes	Total
Shopping Center Iguatemi São Paulo e Torres	403.000	281.596	684.596
Shopping Center Iguatemi Campinas	426.214	174.347	600.561
Shopping Center Iguatemi Porto Alegre	380.101	166.054	546.155
Shopping Center Iguatemi JK	346.954	132.053	479.007
Shopping Pátio Higienópolis	342.881	101.211	444.092
Shopping Center Iguatemi Esplanada	310.802	47.220	358.022
Shopping Center Iguatemi Alphaville	266.195	54.649	320.844
Shopping Center Iguatemi Brasília	233.524	74.564	308.088
Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto	275.069	26.389	301.458
Shopping Center Praia de Belas	202.040	87.930	289.970
Shopping Center Iguatemi São José do Rio Preto	244.581	36.157	280.738
Market Place Shopping Center	202.421	69.582	272.003
Shopping Center Iguatemi Florianópolis	188.197	44.724	232.921
Shopping Center Esplanada	129.627	50.776	180.403
Shopping Center Galleria	114.797	38.740	153.537
Shopping Center Iguatemi São Carlos	89.037	20.795	109.832
Área comum Iguatemi JK	145.087	4.618	149.705
Outlet Novo Hamburgo	57.754	15.368	73.122
Market Place - Tower II	51.923	14.479	66.402
Market Place - Tower I	50.570	14.479	65.049
Power Center	44.951	4.980	49.931
Conjunto Comercial Porto Alegre - Torre	31.228	3.215	34.443
Iguatemi Empresas de Shopping Centers S.A.	6.761	-	6.761

b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral

A Iguatemi tem um seguro de responsabilidade civil geral que abrange os riscos usuais aplicáveis às suas atividades.

Em seguro contratado com a Allianz Seguros S.A., e para o Shopping Pátio Higienópolis com a HDI Seguros S.A., tais apólices referem-se às quantias pelas quais a Iguatemi possa vir a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo de modo expresso pela seguradora, no que diz respeito às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros. A importância segurada terá o valor máximo de indenização entre R\$13.500 e pode ser dividida em: (a) shopping centers e condomínio; (b) estabelecimentos comerciais e/ou

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

industriais; para os locais das holdings; (c) objetos pessoais de empregados com sublimite de R\$40.000; (d) estabelecimentos de hospedagem, restaurante, bares, boites e similares; (e) responsabilidade civil do empregador; (f) riscos contingentes de veículos; (g) danos ao conteúdo das lojas; (h) falha profissional da área médica (sublimite de R\$1.000); (i) obras civis e/ou serviços de montagem e instalação condicional de: erro de projeto, cruzada, danos materiais ao proprietário da obra; (j) responsabilidade civil de garagista: incêndio/roubo de veículo para locais que não possuem sistema de Valet e incêndio/roubo/colisão para os locais que possuem sistema de Valet (sublimite de R\$500); (k) alagamento/ inundação para responsabilidade civil garagista e (l) danos morais para todas as coberturas.

24. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Iguatemi reclassificou da rubrica de outros ativos para a rubrica de Propriedade para investimentos o montante de R\$12.501, o qual refere-se ao certificado de potencial adicional de construção.

Adicionalmente, a controlada indireta CS41 recebeu da FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas determinadas unidades imobiliárias como forma de pagamento parcial do contrato de mútuo no montante de R\$25.981, reduzindo a rubrica de créditos com partes relacionadas e aumentando a rubrica de Propriedade para investimentos. Por fim, a Iguatemi e suas controladas capitalizaram juros no montante de R\$11.358 (R\$18.242 em 2016) no consolidado.

Em decorrência dessas transações não envolverem numerários, o Grupo não apresentou os respectivos efeitos nas demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Companhia

Mudança do ticker de negociação

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia, entre o dia 1º de fevereiro de 2018 e até 28 de fevereiro de 2018, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas sob os novos códigos de negociação (“ticker”) “JPSA3”, no caso das ações ordinárias, e “JPSA4”, no caso das ações preferenciais, em substituição aos atuais códigos “MLFT3” e “MLFT4”.

Conversão de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária Especial da Companhia (“Assembleia Especial”) e Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“AGE”), realizadas em 18 de janeiro de 2018, foram aprovadas (i) a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia, na proporção de 1 ação preferencial para cada 0,9 ação ordinária (“Conversão de Ações”); e (ii) a reforma do Estatuto Social, com o propósito de (a) refletir a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações, incluindo a alteração das regras sobre distribuição de lucros, de modo que o dividendo obrigatório passou a ser de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, bem como com a inclusão de cláusula compromissória arbitral, e de (b) adaptar o Estatuto Social à nova realidade da Companhia em razão da extinção das ações preferenciais.

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Proposta da Conversão de Ações

O objetivo da Conversão de Ações foi de simplificar a estrutura acionária da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras, era dividida em duas espécies de ações, para uma estrutura com uma única espécie e classe de ações. A proposta de conversão foi da totalidade das 54.793.994 ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 ação preferencial para cada 0,9 ação ordinária a ser convertida.

A relação de conversão de 1 ação preferencial para cada 0,9 ação ordinária foi proposta tendo em vista que a mesma correspondeu à relação entre os preços médios ponderados por volume (VWAP) das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia nos 150 (cento e cinquenta) pregões anteriores a data de 15 de dezembro de 2017, considerando-se apenas, dentre esses pregões, aqueles em que a MLFT3 foi negociada, período esse considerado adequado para evitar que flutuações anormais de preços pudessem influir na relação proposta.

A Conversão de Ações estava sujeita, além da aprovação na AGE, à aprovação pelos acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia, reunidos em Assembleia Especial.

Com a aprovação da Conversão de Ações, os acionistas titulares de ações preferenciais dissidentes da deliberação que aprovou a Conversão de Ações tiveram o direito de retirar-se da Companhia, observadas as disposições do artigo 137 da Lei das S.A., pelo respectivo valor patrimonial da ação de R\$15,28 por ação, apurado com base no último balanço aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 27/04/2017, levantado em 31 de dezembro de 2016.

Somente fizeram jus ao direito de retirada referente à Conversão de Ações, os acionistas dissidentes que mantiveram ininterruptamente a titularidade das suas ações preferenciais desde o encerramento do pregão do dia 15/12/2017 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas — inclusive por força de “aluguel de ações” — a partir do dia 18/12/2017 (inclusive) não conferiram ao seu titular direito de retirada com relação à Conversão de Ações.

Reforma do Estatuto Social, Alteração do Dividendo Obrigatório e Inclusão de Cláusula Compromissória Arbitral.

Na mesma AGE da Companhia que deliberou sobre a Conversão de Ações, foi deliberado a reforma do Estatuto Social para a adoção, pela Companhia, de práticas elevadas de governança corporativa e de divulgação de informações, além de refletir a Conversão de Ações.

A proposta contemplava, ainda, a inclusão de cláusula compromissória arbitral ao Estatuto Social, em linha com melhores práticas de governança corporativa, bem como a alteração das regras sobre distribuição de lucros, de modo que o dividendo obrigatório passou a ser de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de alteração do dividendo obrigatório teve como finalidade adaptar o Estatuto Social à nova realidade da Companhia em razão da extinção das ações preferenciais e visando, ainda, a alinhar as práticas da Companhia às demais companhias abertas, com o objetivo de aumentar sua competitividade no mercado brasileiro.

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nesse sentido, o novo Estatuto Social da Companhia prevê, dentre outras disposições: (i) a divisão do capital social da Companhia somente em ações ordinárias; (ii) a equivalência dos direitos assegurados a todos os acionistas no caso de alienação de controle da Companhia (ou seja, 100% de tag-along); (iii) mandato unificado de 2 (dois) anos aos membros do Conselho de Administração; (iv) um Conselho de Administração composto por, no mínimo 20% de membros independentes; (v) a vedação à acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia; (vi) obrigatoriedade de o Conselho de Administração se manifestar sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da Companhia; e (vii) resolução de disputas por meio de arbitragem.

Com a aprovação das deliberações sobre a alteração do dividendo obrigatório e sobre a inclusão de cláusula compromissória arbitral no Estatuto Social da Companhia, os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais dissidentes da deliberação que aprovou a alteração do dividendo obrigatório e/ou da deliberação que aprovou a inclusão de cláusula compromissória arbitral tiveram o direito de retirar-se da Companhia, observadas as disposições do artigo 137 da Lei das S.A., pelo respectivo valor patrimonial da ação de R\$15,28 por ação, apurado com base no último balanço aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 27/04/2017, levantado em 31 de dezembro de 2016.

Somente fizeram jus ao direito de retirada referente à alteração do dividendo obrigatório e/ou à inclusão de cláusula compromissória arbitral ao Estatuto Social, os acionistas dissidentes que mantiveram ininterruptamente a titularidade das suas ações ordinárias e preferenciais desde o encerramento do pregão do dia 15/12/2017 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas — inclusive por força de “aluguel de ações” — a partir do dia 18 de dezembro de 2017 (inclusive) não conferiram ao seu titular direito de retirada com relação à alteração do dividendo obrigatório nem tampouco com relação à inclusão de cláusula compromissória arbitral ao Estatuto Social.

Resultado Direito de Retirada

O acionista dissidente que desejou exercer o direito de retirada manifestou expressamente sua intenção de fazê-lo com relação à totalidade de suas ações a partir do dia 19 de janeiro 2018 até o dia 20 de fevereiro de 2018, inclusive, data de encerramento do prazo para o exercício do Direito de Retirada.

Durante o prazo de exercício do direito de retirada, acionistas titulares de 2.673 ações ordinárias e 100 ações preferenciais de emissão da Companhia exerceram seus respectivos direitos de retirada. Nos termos do art. 45, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, o valor de reembolso foi de R\$15,28 por ação ordinária ou preferencial, apurado com base no último balanço aprovado em assembleia geral, levantado em 31 de dezembro de 2016, totalizando R\$42.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de fevereiro de 2018, foi deliberado, por unanimidade, em observância ao disposto no art. 137, §3º da Lei nº 6.404/76 e tendo em vista o resultado do exercício do direito de retirada, não convocar assembleia geral extraordinária para reconsiderar as deliberações que aprovaram a Conversão de Ações, a alteração do dividendo obrigatório e a inclusão da cláusula compromissória arbitral.

Em 28/02/2018, o valor do reembolso foi repassado e pago aos acionistas dissidentes que exerceram o direito de retirada. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2018, as 2.763 ações reembolsadas (posição pós conversão) aos acionistas dissidentes foram canceladas.

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Início da negociação das novas ações ordinárias

O último dia de negociação das ações preferenciais na B3 foi em 28/02/2018, de modo que, a partir de 01/03/2018, todas as ações de emissão da Companhia em negociação na B3 são da espécie ordinária, negociadas sob o código “JPSA3”.

Alienação de frações

As frações de ações ordinárias resultantes da Conversão de Ações serão agrupadas em números inteiros de ações ordinárias e alienadas em leilões que serão oportunamente realizados na B3, sendo os recursos líquidos resultantes da venda (após a dedução das taxas e despesas aplicáveis, incluindo comissões de venda) revertidos aos titulares das frações proporcionalmente às frações por eles detidas.

Resilição de Acordo de Acionistas

O Termo de Resilição do Acordo de Acionistas da Jereissati Participações S.A. e Outras Avenças, celebrado em 15 de dezembro de 2017, por meio do qual foi acordada a resilição do Acordo de Acionistas celebrado em 15 de abril de 1999 (posteriormente aditado em 23 de setembro de 2004 e 12 de setembro de 2005), sob condição suspensiva da efetivação da Conversão de Ações, passou a ter eficácia e a produzir efeitos com a efetivação da Conversão de Ações da Companhia.

Venda da JPSP

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia, em 21 de fevereiro de 2018, a Companhia celebrou com PARTHICA HOLDINGS LLC, contrato de compra e venda de ações por meio do qual irá alienar à sociedade PARTHICA PARTICIPAÇÕES LTDA., controlada da PARTHICA HOLDINGS LLC, a totalidade da sua participação detida no capital social da JPSP.

A Companhia informa que o Contrato de Compra e Venda de Ações da JPSP INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., firmado nesta data, está sujeito a determinadas condições precedentes, inclusive a aprovação da operação de compra e venda das ações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Captação de empréstimo

Em 26 de fevereiro de 2018, a Companhia contratou empréstimo com o Banco Itaú Unibanco S.A., no montante de R\$26.000, com taxa de 100%CDI + 2,25% a.a., pelo prazo de 2 anos, com vencimentos semestrais dos juros, previstos para 27/08/2018, 26/02/2019, 26/08/2019 e vencimento do principal previsto para 26/02/2020. O empréstimo não possui garantias.

Reunião de Conselho de Administração

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 14 de março de 2018, foi aprovada (i) a proposta da Diretoria para destinação do resultado de 2017 que inclui a distribuição de dividendos no montante de R\$ 35.000. Tal proposta será submetida a aprovação da Assembleia

Jereissati Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Geral Ordinária a ser realizada no mês de abril de 2018; (ii) o cancelamento de 2.763 ações ordinárias de emissão da Companhia que se encontram em tesouraria, sem redução do valor do capital social, passando o capital a ser dividido em 87.889.174 ações ordinárias, já considerando o ajuste de frações advindo da Conversão de ações da Companhia. Será oportunamente convocada Assembleia Geral Extraordinária para ajustar o número de ações em que se divide o capital social constante do artigo 5º do Estatuto Social, tendo em vista o cancelamento de ações e o ajuste das frações ora aprovado.

JPSP

Em Assembleia Geral Extraordinária da JPSP, realizada em 12 de janeiro de 2018, foi aprovado a redução de Capital da JPSP, no montante de R\$13.269, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo, com a restituição deste valor à Companhia, sua acionista única, sendo R\$12.000 em dinheiro e R\$1.269 representados pela totalidade das 936.900 ações ordinárias de emissão da Sociedade EDSP 66 PARTICIPAÇÕES S.A., de propriedade da JPSP. A redução de capital ora aprovada, se tornará efetiva em 17 de março de 2018 com o decurso do prazo de 60 dias.

Nesta mesma data, com o objetivo de restituir o valor dos R\$13.269 à Companhia à título de Adiantamento, foi assinado o Contrato de Aditamento de Pagamento em decorrência de Redução de Capital (“Contrato”), entre a Companhia e a JPSP. Uma vez transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias referido e promovido o devido arquivamento da Ata da Assembleia Geral na Junta Comercial do Estado de São Paulo, o presente Adiantamento estará resolvido de pleno direito.

Segmento de Shopping Centers

Em 7 de fevereiro de 2018, a Iguatemi adquiriu 0,31% do Shopping Pátio Higienópolis da Agropart Imobiliária Ltda, por R\$4.600, e a partir desta data, passou a deter uma participação total de 11,5% no empreendimento.

Em reunião do Conselho de Administração da Iguatemi, realizada em 27 de fevereiro de 2018, foi aprovada a proposta da sua Diretoria para destinação do resultado de 2017 que inclui a distribuição de dividendos no montante de R\$120.000, cujo valor de aproximadamente R\$60.942 corresponderá a parcela da Companhia. Tal proposta será submetida a aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no mês de abril de 2018.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Jereissati Participações S.A., em conformidade com as atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, bem como nos incisos II e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, examinou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações do Resultado Abrangente, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, as Demonstrações do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e, com base no Parecer dos Auditores Independentes, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., é da opinião de que a documentação supra mencionada reflete, adequadamente, a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e, portanto, recomenda sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

São Paulo, 14 de março de 2018.

Presidente: Jorge Moyses Dib Filho

Secretário: Sr. Aparecido Carlos Correia Galdino – “ad hoc”

Conselheiros:

Jorge Moyses Dib Filho

Francisco Asclépio Barroso Aguiar

Roberto Scipilliti

José Gilberto Jaloretto

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Jereissati Participações S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2017, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre essas demonstrações.

São Paulo, 14 de março de 2018.

Carlos Jereissati
Diretor Presidente

Sidnei Nunes
Diretor Gerente

Aparecido Carlos Correia Galdino
Diretor Gerente e Diretor de Relação com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Jereissati Participações S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2017, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre essas demonstrações financeiras.

São Paulo, 14 de março de 2018.

Carlos Jereissati
Diretor Presidente

Sidnei Nunes
Diretor Gerente

Aparecido Carlos Correia Galdino
Diretor Gerente e Diretor de Relação com Investidores